

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-5-2023.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 118/20 (Processo nº 0298/20), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Lei do Legislativo nº 119/23 (Processo nº 0255/23), de autoria de Comandante Nádia e José Freitas; e o Projeto de Resolução nº 146/23 (Processo nº 146/23), de autoria de Biga Pereira, Psicóloga Tanise Sabino e Lourdes Sprenger. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 037.00099/2023-18, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos do artigo 227, § 2º, do Regimento, que participaria, no dia vinte e seis de abril do corrente, às quatorze horas, de Audiência relativa ao processo nº 5008211-19-2016.8.21.0001/RS na Sala de audiências da 4ª Vara do Júri – Foro Central, em Porto Alegre – RS. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de André Machado, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Após, o Presidente concedeu a palavra a André Machado que se pronunciou acerca de questões relativas ao Recadastramento Habitacional. Em prosseguimento, pronunciaram-se acerca do assunto Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Giovani Culau e Coletivo, José Freitas, Claudio Janta, Biga Pereira, Cláudia Araújo e Comandante Nádia. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quinze minutos às quinze horas e dezessete minutos. André Machado, em seguida, fez suas considerações finais. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quinze minutos às quinze horas e dezessete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi realizado um minuto de silêncio, em homenagem póstuma a Rita Lee e a David Miranda, por solicitação, respectivamente, de Pedro Ruas e Giovani Culau e Coletivo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Biga Pereira, Cassiá Carpes, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Airto Ferronato, Mari Pimentel, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Claudio Janta e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, constatada a

existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, Claudio Janta formulou Requerimento verbal, solicitando retirada de priorização de matéria constante na Ordem do Dia. Encaminharam à votação do Requerimento formulado por Claudio Janta: Comandante Nádia, Claudio Janta, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli, Mônica Leal, Mari Pimentel e Mauro Pinheiro. A seguir, Comandante Nádia e Pedro Ruas formularam Requerimentos Verbais solicitando a alteração na ordem de apreciação de projetos constantes na priorização da Ordem do Dia. Foi declarado nulo por falta de quórum o Requerimento verbal formulado por Claudia Janta, em votação nominal determinada por Cláudia Araújo, presidindo, por sete votos SIM, nove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Mônica Leal, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, tendo votado Não Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht e tendo optado pela Abstenção Roberto Robaina. Às dezessete horas e vinte e três minutos, constatada a inexistência de quórum, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 073, 082, 111, 114, 116, 147, 161, 163, 167 e 169/23, e o Projeto de Resolução nº 035/23; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 234 e 399/22, 019, 120, 122, 124, 125, 136, 137, 141, 149, 153, 155 e 160/23, e os Projetos de Resolução nºs 004, 008 e 032/23. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas e vinte e oito minutos, convocando-se para Sessão Extraordinária, a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

Hoje temos o comparecimento do Sr. André Machado, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, que abordará o assunto recadastramento habitacional.

Convidamos o Sr. André Machado a fazer parte da Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o processo SEI nº 037.00099/2023-18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na audiência relativa ao processo nº 5008211-19-2016.8.21.0001/RS, na sala de audiências da 4ª Vara do Júri – Foro Central, em Porto Alegre – RS, no dia 26 de abril de 2023, às 14h.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. André Machado está com a palavra.

SR. ANDRÉ MACHADO: Uma boa tarde a todos, Sr. Vereadores, Sras. Vereadoras; Presidente Hamilton, muito obrigado pelo espaço e oportunidade de a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária e o DEMHAB virem aqui fazer, com todos os vereadores e vereadoras, um pedido, um pacto para que a gente possa melhorar o atendimento habitacional no Município de Porto Alegre.

Nós iniciamos, vereadores, no dia 1º de Maio – Dia do Trabalhador –, o recadastramento do nosso cadastro de interessados em habitação no Município de Porto Alegre. Aqueles que, há muito tempo, já militam nessa causa da habitação sabem que esse cadastro foi constituído ao longo dos programas Minha Casa, Minha Vida. Esse cadastro, que tinha 64 mil nomes, ou seja, 64 mil famílias, Ver. Ferronato, que aguardavam por uma habitação aqui no Município, constava, em boa parte, de dados incompletos. Havia dados incompletos e dados incorretos. Ver. Pedro Ruas, estava lá, por exemplo, cadastrado um cidadão chamado Pedro com um telefone fixo. Ou, então, Ver. Cecchim, alguém inscrito como o Idenir Cecchim e um *e-mail* do BOL, com o qual nós nunca mais iríamos contatá-los. O que a gente fez a partir desse momento? Reunimos com o Comathab – Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação – que, por sinal, terá que passar por eleições agora na metade desse ano, junto com servidores do DEMHAB, nós procuramos a empresa Branet, que é a empresa que nos presta serviço do cadastro do DEMHAB, e reorganizamos esse recadastramento, trazendo novos dados obrigatórios e fazendo com que seja possível, Ver. Alvoni Medina, que nós compramos uma lei do seu colega de bancada, Ver. José Freitas, que nos determina que, no dia 21 de agosto, façamos a publicação do cadastro habitacional em Porto Alegre.

Ocorre, vereadores, que nós estamos enfrentando um momento de baixa procura por esse recadastramento. Nós iniciamos no dia 1º e, no dia de hoje, nós temos 470 recadastramentos feitos. Entendíamos que esse número poderia ser muito maior. E aí nós fizemos, Ver.^a Mônica, Ver. Cassiá, talvez vocês não saibam, um levantamento nesta Casa, e as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores e a Câmara, nos seus canais oficiais, possuem, só no Instagram, 470 mil seguidores. Então nós precisamos pedir um apoio a que cada um de vocês, não em nome da secretaria, em nome dos seus mandatos, em nome desta Casa, para que a gente organize a demanda habitacional no Município de Porto Alegre, nos ajudem a divulgar esse recadastramento. Ele irá até 31 de julho, no *site* da Prefeitura, na primeira página há um link para Minha Casa, Minha Vida. É necessário colocar dados como: número do NIS – que não era obrigatório, esse número faz, por exemplo, com que a gente não tenha várias pessoas de uma mesma família ou que estão no mesmo núcleo familiar, para ser mais preciso, com cadastros distintos, teremos só um cadastro –, é preciso CPF, um documento com foto digitalizado. Muitas pessoas não têm acesso a celular, não conseguem operar no celular; nós fizemos uma capacitação das 17 subprefeituras do Município de Porto Alegre. Há pouco vi aqui o Lucas, da Secretaria de Governança, foi muito importante o trabalho que fizemos com eles, estão capacitados

para orientar. Da mesma forma que as equipes do DEMHAB estão fazendo no prédio do DEMHAB, na Av. Princesa Isabel.

Uma pergunta que fazem muito: Já tem um empreendimento habitacional para onde essas famílias vão ser dirigidas? Não! Nós não estamos fazendo uma inscrição direcionada para nenhum instrumento. Nós recebemos, semana passada, da Secretaria Nacional de Habitação, o governo federal já divulgou, que neste ano pretende contratar no País 100 mil unidades habitacionais, dessas 100 mil unidades habitacionais, diz o secretário nacional de habitação, que 15 mil ficarão numa espécie de reserva para atendimento de emergência, desastres, algumas coisas assim, e 85 mil serão divididas pelo País de acordo com a demanda, com o déficit habitacional, o que caberia para o Rio Grande do Sul alguma coisa com aproximadamente 2.500, 2.600 habitações, e, obviamente nós, em Porto Alegre, queremos nos preparar para pegar o naco que for possível vir ao Município dentro dessa questão. Nós temos aproximadamente 20 áreas no Município que estariam aptas às inscrições no Programa Minha Casa, Minha Vida/FAR, do Fundo de Arrendamento Residencial, para poder atender justamente às famílias de faixa 1. Os dados do Minha Casa Minha Vida – Entidades, que são recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, devem ser lançados mais adiante pelo governo federal. Então, o que nós queremos? Nos antecipar a essa demanda do governo federal, porque cabe a nós, municípios, fazer justamente a indicação dessas famílias. Então, vereadores e vereadoras, nós vamos dar a cada um dos senhores, pedir que, se possível, coloque nos seus gabinetes um desses cartazes. Esse cartaz tem um QR Code que leva direto para o cadastramento. Nós vamos compartilhar, junto ao Presidente Sossmeier, para que possa compartilhar no grupo dos vereadores. Todas as informações necessárias, *cards* que nós já temos sobre isso, se for de interesse dos vereadores, passamos todas as informações necessárias para que cada um possa produzir seu próprio material. Agora, é importantíssimo para nós, essa não é uma questão que envolva a nossa gestão, envolve a organização da demanda habitacional do Município de Porto Alegre, e vejo, vereadores, que talvez seja muito importante que a gente consiga, junto com esta Casa, melhorar os critérios desse atendimento. Nós temos hoje, no programa Minha Casa, Minha Vida, nas medidas provisórias que estão em discussão no Senado Federal, seis pré-requisitos: mulheres chefes de família; famílias com idosos, adolescentes, crianças ou pessoas com deficiência; famílias que vivem em área de risco; famílias que vivem em áreas que foram atingidas por desastres; famílias atingidas por obras públicas; e moradores em situação de rua. Eu lembro que esta Casa tem aprovado com frequência a inclusão de mulheres vítimas de violência nos critérios prioritários e também de famílias com filhos autistas ou com autistas na família. Quero dizer aos vereadores que esses dados estão sendo solicitados no momento desse cadastramento para que as famílias consigam, sob o ponto de vista declaratório, nos dizer; por óbvio, depois, vão precisar comprovar quando chegar o momento do atendimento habitacional. Enfim, o nosso pedido é que esta Casa, com a força que tem, com a participação comunitária que vocês têm junto ao público que os procura frequentemente nos seus gabinetes, Ver.^a Cláudia, Ver. Byl, Ver. Alex, Ver. Oliboni, enfim, que cada um de vocês nos ajude a fazer essa divulgação. Isso não é para

o DEMHAB, é para a cidade de Porto Alegre, não é para a gestão do prefeito Sebastião Melo, é para esta gestão e para as gestões que vierem na sequência. Nós precisamos organizar esse cadastro para que quem assumir o DEMHAB depois da nossa gestão possa fazer uma melhor entrega habitacional, com certeza muito melhor do que a que nós pudemos nesses anos. Ver. Sossmeier, Presidente, muito obrigado pela oportunidade de usar esta tribuna. Vou repassar ao senhor e a cada um dos gabinetes o material para divulgação. Muito obrigado, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado ao nosso secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – convido para que esteja aqui conosco.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; meu caro André Machado; vereadoras e vereadores, agora vem a prova de que, de fato, não tem como ser mais antigo do que eu na Casa, porque eu sou o único entre nós que foi vereador quando o prefeito era o Dr. Alceu Collares e o diretor-presidente do DEMHAB era o Sr. Dilamar Machado, pai do querido André Machado – aliás, um grande presidente o Dilamar. E eu gostei muito, André, gostei muito que tu trouxeste – se me permites este tratamento – corretamente aqui uma necessidade. Da minha parte, e eu tenho certeza de que da maioria dos colegas, se não de todos, haverá total colaboração, total. Isso é muito importante, é fundamental. Um cadastro desatualizado representa o não atendimento ou, Presidente, o atendimento errado. É isso, essa é a consequência de um cadastro desatualizado; portanto, eu só quero manifestar aqui a minha concordância com esse pedido, e uma dúvida que fica como sugestão para um aperfeiçoamento, talvez. Tenho receio de que entre os requisitos, que são todos corretos, haja dificuldade da população mais humilde em ter o documento da foto, o documento oficial. Então temos que dar uma olhada nesta questão, Ver. Mauro Pinheiro, porque, às vezes, o pessoal tem que ter uma facilidade, RG ou outro documento a ser aceito. É o único registro para facilitar ainda mais, mas com certeza é altamente meritório e tem o nosso apoio. Fica minha sugestão apenas para facilitar a questão do documento com foto, o documento oficial sem o RG. Vamos ver depois, se alguma coisa pode ser feita para auxiliar, particularmente as pessoas mais humildes neste sentido. Conte conosco. Nesta Casa, com certeza, terá muito apoio esta medida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do deputado Felipe Camozzato. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Aproveitando a presença do secretário André, acho que a CUTHAB poderia dar uma contribuição muito importante, numa parceria com o DEMHAB. Acho que vamos fazer isso também, mas a comissão também importante. Quero aproveitar a oportunidade, pois no domingo saiu uma matéria no Fantástico da qualidade das construções do Minha Casa, Minha Vida, esse projeto que é muito bom. Eu lhe peço para fazer uma radiografia para nós. Quem contrata essas cooperativas é a Caixa Federal? Exatamente! Qual o tipo de fiscalização que tem pelo DEMHAB? Nenhuma? Eu gostaria de tomar conhecimento de como é que isso acontece, até porque tem muitos interesses por trás disso, e nós queremos que venha à luz do dia essa questão da moradia, do Minha Casa, Minha Vida, que é muito importante em todos os governos, mas que nós temos que tomar conhecimento da forma de construção, porque tem muita coisa mal feita e distorcida dentro desse programa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saúdo aqui V. Exa., como saúdo o André Machado, do DEMHAB. André, eu abri agora aqui o *site* do governo federal, do Minha Casa, Minha Vida, e ali estão abertas as inscrições. Pede aqui uma série de dados. Essa inscrição, vamos supor que o Sr. Antônio da Silva, de Porto Alegre, se inscreveu por aqui, ela tem validade? Essa é uma questão bastante preocupante, porque à medida em que V. Exa. diz: as inscrições estão abertas no Município de Porto Alegre – vou ler novamente: Governo Federal, Programa Minha Casa, Minha Vida. Inscrições, aqui está: faça seu cadastramento no Programa Minha Casa, Minha Vida; aí vem: nome, e-mail, telefone, renda familiar – é o que está solicitando aqui. Eu acho muito pertinente isso, Presidente, porque à medida em que o Secretário faz um bom serviço, diz: olha, tem um cadastro municipal, está desatualizado, nós queremos atualizar, estão previstas 2.500 casas no Rio Grande do Sul, o governo federal está dizendo que é um milhão de casas! Aí falam em 500 mil; agora o senhor falou 100 mil! Nós precisamos ver, porque cria uma expectativa para o cidadão, que para nós é de suma importância não criar uma expectativa e nunca vir, como aconteceu há muitos anos. Nós temos que trazer a realidade aqui, e depois essa outra questão que V. Exa. fala sobre quem tem prioridade ou não, porque Porto Alegre tem uma demanda altíssima sobre o Minha Casa, Minha Vida. Quero parabenizá-lo por ter vindo aqui, é muito importante estar aqui para podermos contribuir nesse debate. Muito obrigado, bem-vindo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadoras e vereadores, secretário André Machado, é importante, bastante positivo e por isso saúdo a tua presença, neste início de sessão de quarta-feira, aqui na Câmara, e, desde já, diante da tua solicitação feita à Câmara desta cidade, reafirmo o compromisso da bancada do PCdoB, meu e da Ver.^a Biga Pereira, de nos somarmos neste esforço de recadastramento de quem tem interesse, tem demanda de habitação na cidade de Porto Alegre. Inclusive, enquanto te ouvia, pensava que uma das iniciativas que nós faremos e que penso poder ser uma iniciativa compartilhada por outros vereadoras e vereadores é de construir mutirões, André, pela cidade, de orientação, de auxílio para que esse cadastro seja feito. Hoje mesmo eu estava no Morro da Cruz e lá, muitos vereadores aqui sabem, tem uma iniciativa bastante bonita da Associação de Mulheres Maria da Glória, que tem uma cozinha comunitária, e, quando nós conversávamos com aqueles que procuravam atendimento na cozinha comunitária, André, um dos relatos que nós tivemos era, por exemplo, dificuldade de acesso à internet, Ver. Aldacir Oliboni, para que fosse possível executar o seu recadastramento. Então eu imagino que a Prefeitura, a Secretaria deva se dedicar a uma busca ativa e eu acho que nessa busca ativa os mandatos aqui dos vereadores e vereadoras e a bancada do PCdoB se comprometem nesse sentido de que também poderiam realizar, e nós realizaremos, alguns mutirões para dar conta dessa tarefa.

Mas eu gostaria de aproveitar a tua presença, André, e a oportunidade que terá de responder as manifestações para compreender um pouco melhor a posição e o planejamento da Prefeitura de Porto Alegre exatamente sobre os cidadãos e a cidadãs desta cidade que moram em área de risco. Em estudo recentemente divulgado, nós percebemos um crescimento de 20% nas áreas de risco na nossa cidade, isso significa um crescimento de 118 para 142, e tu mesmo falavas, André, que nós estamos falando de um pouco mais de 20 mil famílias, mais de 80 mil pessoas que vivem nessa situação. Há pouco tempo também a Prefeitura anunciou um grupo de trabalho de articulação de uma série de secretarias exatamente para produção de medidas, de planos emergenciais de prevenção, de mitigação, de remoção e de resposta, e eu gostaria, André, aproveitando esta oportunidade, de te ouvir um pouco melhor, de saber como hoje anda a atuação desse grupo de trabalho e o desenvolvimento desses planos emergenciais. Por fim, há pouco comentava que estive no Morro da Cruz, as chuvas que tomaram a nossa cidade, nos últimos dias, muito intensas, levaram a uma série de situações bastante tristes na nossa cidade, inclusive ali na Travessa São Luiz, nº 25, no bairro São José, onde nós tivemos a queda de uma árvore que atingiu quatro casas, secretário, três delas com destruição total. A Secretaria, o DEMHAB e outros setores da Prefeitura estiveram ali na segunda-feira. Gostaria de saber se tem expectativa daquelas quatro famílias terem um encaminhamento junto ao aluguel social. Então eu gostaria não necessariamente de uma resposta tua, mas de fazer esse registro para que a gente tenha o acompanhamento bastante próximo da tua parte para que a gente dê algum encaminhamento para essas famílias que foram atingidas com a chuvas, com o deslizamento e com a queda de uma árvore, na última sexta-feira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde a todos, quero agradecer imensamente a presença do secretário André que veio esclarecer a todo público e para os vereadores. Quero dizer que, quando eu protocolei esse projeto transparente das inscrições do DEMHAB, justamente os vereadores vão concordar comigo, é uma demanda que bate com muita frequência no nosso gabinete. Por isso veio a ideia de protocolar esse projeto que hoje é lei de transparência nas inscrições. Eu sempre brinco que, quando eu cheguei em Porto Alegre, em 1985, eu me inscrevi e até hoje não fui chamado. Então assim são centenas de milhares de pessoas. Então essa lei e agora esse trabalho do DEMHAB, esse trabalho do secretário André de transparência, fazer esse cadastramento, isso vai deixar muitas pessoas mais tranquilas sabendo qual é o seu número na inscrição dentro do DEMHAB. Então, eu quero parabenizar, mais uma vez, o secretário André e a toda a sua equipe por esse trabalho. Eu tenho certeza, secretário, que o que depender de nós, da Câmara de Vereadores, colegas vereadores, para ajudarmos nesse cadastramento, estamos à disposição. Um forte abraço e que Deus continue sempre nos abençoando.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu queria, primeiro, agradecer a vinda do secretário André Machado aqui, uma pessoa que trabalha na secretaria com as portas abertas e que pegou um desafio, mesmo não sendo da área, como a gente costuma dizer, mas pegou um grande desafio. Nós tivemos um economista que foi um grande Ministro da Saúde, então, quem sabe, agora nós temos um jornalista que pode e está sendo um grande secretário de Habitação em Porto Alegre, acolhendo a todos, ouvindo a todos, também nas comunidades, sempre tentando dar uma solução a um problema, nunca se furtando, seja chamando as partes, seja chamando a PGM, seja o que for sempre tentando ajudar. E pode ter certeza que nós vamos ajudar, fazendo com que as pessoas que nos cobram muito a questão de moradia preencham esse cadastro. O senhor foi muito sensível, no último projeto que teve aqui na Câmara, permitindo que as mães de autistas tivessem a prioridade nesse cadastro; nós vamos entrar em contato com várias. Aproveitando e fazendo justiça a V. Exa., quando era um dos melhores e maiores jornalista deste Estado, o senhor sempre pautava, nos seus programas, esse tema do autismo. Várias vezes tivemos a oportunidade, quando o senhor estava na rádio e na TV, de vir a discutir esse tema, que engatinhava e hoje toma as proporções que merece esse tema nas famílias das

peessoas. E V. Exa. sempre sensível, permitindo que as mães de autistas possam ser as beneficiadas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadoras e vereadores, secretário André Machado, confesso que eu fico muito feliz com o que tu nos trazes aqui. Para nós, que andamos pela cidade e temos sido testemunhas do que o nosso povo clama do padecimento, em muitas regiões, em que vive e angústia de não ter direito à cidade, de não ter um endereço fixo – isso mexe com as condições objetivas de vida, como mexe também com a subjetividade das pessoas. Com o advento da pandemia nós também fomos testemunhas do – digamos – desmantelamento de muitas ações sociais. Os CRASs foram desmantelados, e, por conta disso há um efeito cascata, porque os CRASs fazem a identificação das pessoas, das famílias mais vulneráveis, e isso acaba batendo na saúde, na habitação. E nós temos acompanhado muitas dessas famílias. Ao trazeres aqui o debate da regularização fundiária e a necessidade desse recadastramento, e tu mesmo aqui afirmas, dessa busca ativa, é muito relevante essa efetivação do direito – do direito – à moradia e à segurança dominial. Agora, André, eu, de certa forma, me surpreendo quando a gente vê que estamos no terceiro ano dessa Prefeitura, no terceiro ano dessa gestão, e aí você fala em demanda de 64 mil pessoas e você tem 470 que já estão regularizadas. Isso me surpreende, pois é muito baixo esse número. Muito baixo! No terceiro ano dessa gestão, é ínfimo, é baixo. E não entendo o motivo, quando nós temos uma Procempa, quer dizer, nós estamos em pleno tempo de tecnologias e de ter condição de ter um sistema que pudesse estar com esse cadastro mais em dia. De toda forma, André, eu quero afirmar que um contingente muito grande dessas 64 mil pessoas, nós temos, eu posso afirmar para ti, quase 50% são mulheres – mulheres, chefes de família. Portanto, André, eu quero colocar o meu gabinete, o meu mandato inteiramente à disposição para essa busca ativa, para o recadastramento. Espero que esse recadastramento não seja burocratizado, porque isso é um fator de impedimento para que as pessoas possam acessar. E eu tenho, além disso, uma outra pergunta, André: o que está previsto? Um cadastro no cartório ao entregar essa regularização fundiária? Porque nós sabemos que, no geral, as regularizações fundiárias não têm o valor de escritura, não têm. Então, se tem, é essa a pergunta, se ela tem o valor de escritura ou se vai ser um cadastro no cartório, mas enfim que verdadeiramente essas pessoas possam dizer que tiveram acesso à moradia e o acesso à cidade. Nós nos colocamos à disposição, André, aqui o Giovani já usou desta tribuna e colocou a nossa bancada inteiramente à disposição; nos interessa sobremaneira esta pauta. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, secretário André, eu venho neste microfone de apartes para parabenizar a Secretaria, o DEMHAB, por essa construção. Eu sempre falei muito na questão do cadastramento, da importância desse cadastramento, porque a gente sabe que há muitos problemas. A gente sabe que há muitos CPFs, lá atrás, duplicados, em outra construção acabaram acontecendo, e nós temos milhares de famílias que precisam de moradia. Eu quero parabenizar pelo trabalho que tu vens realizando à frente da Secretaria, principalmente, voltado às áreas de risco também, que são muitas em Porto Alegre, e, quando acontece uma desgraça, a gente sempre corre para a Secretaria e pede socorro e ajuda por meio da Defesa Civil. Então a gente está sempre em busca de uma solução, mas é quando a gente tem o problema. Eu acho que esse programa de cadastramento traz a solução antes que a gente tenha o problema. Nós temos condições, sim, de ter muitas moradias oportunizadas àqueles que mais precisam, se a gente fizer isso de forma correta. Conte com o meu gabinete para divulgar e para impulsionar, para que a gente possa cada vez mais fazer com que isso aconteça. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, TVCâmara e o público que nos assiste aqui presencialmente; quero cumprimentar de uma forma muito carinhosa o nosso querido secretário André Machado, te parabenizar, secretário, pela tua belíssima explanação; hoje é lei em Porto Alegre. E eu digo, com muita credibilidade e legitimidade, que tratar do assunto da habitação não é fácil, uma vez que fui secretária municipal de Desenvolvimento Social, e sobre a minha pasta se deitavam também o DEMHAB, o esporte, os direitos humanos, a assistência social, a acessibilidade; uma Secretaria muito grande e que, por certo, fez bem o nosso prefeito Sebastião Melo em transformar o DEMHAB na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, porque merece ter uma atenção toda especial, como essa que V. Exa. tem dado nos últimos tempos, enquanto secretário municipal. Cadastramento habitacional é algo que urge em Porto Alegre. Sabemos de casos que nos deixariam aqui uma tarde inteira falando sobre pessoas que chegam solicitando casa e que, ao fim e ao cabo, recebem a sua casa, e essa casa é vendida, essa casa entra em acordo de negócio, e isso a gente não pode mais admitir. Temos, aqui na Azenha, infelizmente, que deveria ser um residencial para pessoas vulneráveis, e a gente sabe que infelizmente recebeu o nome de Carandiru, e ali não estão as pessoas que deveriam estar. Fazer esse cadastramento urge, uma vez que as pessoas – muitos porto-alegrenses precisam – necessitam da sua casa própria, para ter

dignidade de ter um CEP. O senhor tem aqui no meu gabinete uma parceira sua nesse hercúleo trabalho. Vou lhe dizer, não vai ser fácil fazer esse recadastramento. Por certo, muitas pessoas vão deixar que o tempo, até dia 31, acabe, e ainda nós teremos que ter mais tempo. Sei também que não é fácil ter uma lista de prioridades quando alguém do Judiciário chega com um papel dando uma determinação: “Dê uma casa para o João”, aí fica o secretário, fica o prefeito querendo saber quem ele tira da fila porque foi dada uma determinação judicial para que entre o João em primeiro lugar, mesmo não estando. São detalhes muito importantes que todos nós, vereadores, temos que saber antes de ficar apontando erros, antes de ficar dizendo que não acontecem as coisas. Muitas vezes, as coisas não acontecem exatamente porque grupos se organizam e vêm estragar, vêm bagunçar aquilo que está regulamentado, e, se está regulamentado, vem para fazer o melhor em Porto Alegre. Então tenho aqui no meu gabinete alguém que vai estar dando todo apoio para que legalmente as pessoas com mais necessidades, mais vulneráveis de Porto Alegre possam estar sendo contempladas efetivamente com o recadastramento habitacional e logo, a médio e longo prazo, tenham as suas casas para morar com as suas famílias em paz e não do jeito que nós estamos vendo ultimamente, muitas pessoas sendo arrancadas dos seus domicílios por conta de facções, por conta de determinações ou outros itens, outras ferramentas que chegam de uma forma totalmente desacreditada e nada republicana, como a gente pode dizer.

Parabéns pelo seu trabalho e de toda sua equipe, ninguém faz nada sozinho, eu sei que a sua equipe está atenta, está fazendo o melhor, e confiamos no governo Sebastião Melo e Ricardo Gomes com essa Secretaria muito proativa, que está lá na rua, vendo crachá e cara. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. André Machado está com a palavra para as considerações finais.

SR. ANDRÉ MACHADO: Obrigado, Presidente Sossmeier, obrigado, vereadores e vereadoras, pelo apoio nesse desafio que nós temos de fazer esse recadastramento. Respondendo aos vereadores, primeiro, ao Ver. Pedro Ruas, que fez um questionamento sobre a questão do documento com foto. Nós não tornamos obrigatório, vereador, a colocação do documento com foto, é um pedido que se coloque, isso sempre facilita, quanto mais dados estiverem dentro do cadastro nos ajuda. O sistema acolhe um documento não nato digital, ou seja, ele acolhe que você possa tirar uma fotografia e colocar dentro do sistema, isso nos ajuda; ajuda os técnicos do DEMHAB no momento de fazer as seleções.

O Ver. Cassiá colocou sobre a questão que envolve as construções. Toda construção, vereador, que é contratada pela Caixa Econômica Federal, no caso do Minha Casa, Minha Vida, como é que funciona? A Prefeitura faz a indicação da demanda, indica o terreno, enfim, que o tenha, e a Caixa faz a contratação da construtora, e ela mesmo que faz a fiscalização dessa obra. É claro que a Prefeitura vai depois fazer as suas liberações

de habite-se ao longo desse processo. Nós vamos passar, espero que muito em breve, por uma retomada de construções próprias do DEMHAB, já foi definido pelo prefeito Sebastião Melo a construção do residencial Barcelona, no bairro Humaitá, com recursos próprios do Município, o que faz com que todas as etapas sejam conosco.

Ver. Oliboni, eu desconheço o cadastramento, vereador, que é feito pelo governo federal, no entanto, lhe garanto que a medida provisória do governo federal em votação no Congresso Nacional determina que é do Município a responsabilidade final pela entrega do cadastro, pela indicação dos beneficiados. Por isso o meu reforço aqui aos senhores e às senhoras é que reforcem que sim, se recadastram no Município de Porto Alegre. Não tenho a informação por parte do Ministério das Cidades, mas isso vem muito mais em apoio às pequenas cidades, que não têm condições de fazer um recadastramento como Porto Alegre faz. Outra coisa importante sobre números do governo federal sobre habitação – número que foi passado pelo ministro Jader Filho, há duas semanas, em Brasília. O governo federal pretende construir, ou anuncia que construirá, contratará 500 mil unidades habitacionais no País ao longo de quatro anos; 100 mil neste ano, sendo 185 mil para o FAR, e com a distribuição sempre pelo déficit habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro – daí que veio esse número de 2 mil e poucas unidades no Rio Grande do Sul, esse número vem direto do Ministério das Cidades, na última visita que fizemos lá. Vereador Giovani Culau, a sua sugestão de mutirões pela cidade vem ao encontro do que nós pretendemos fazer junto ao Departamento. O que a gente pediu, e, obviamente, vamos avisar a Câmara para você também nos ajudar, que cada uma das subprefeituras nos encaminhe a demanda que tem na sua região, para que nós possamos ir lá e ajudar, sobretudo, essas pessoas que não têm acesso à internet. A gente está separando, pelo menos, cinco servidores para que possamos ir a campo fazer esse trabalho. E é importante destacar o seguinte, o recadastramento vai até o dia 31 de julho, quem não se recadastrar terá o seu cadastro suspenso. Ele não será eliminado, se ele vier a fazer o cadastramento depois, ele será aceito. Por que essa data de 31 de julho? Justamente para que a gente possa atender a determinação de uma lei aprovada por esta Casa, porque nós passamos uma radiografia no dia 21 de agosto. E a nossa intenção, depois do dia 21 de agosto, além de reabrir o recadastramento, é possibilitar a inscrição de novos atendimentos, pessoas que não foram cadastradas ao longo dos anos no programa.

O senhor me questionou sobre as áreas de risco: tem um aumento de 20% de 2010 para cá, mas há um aumento ainda, vereador, muito mais expressivo das áreas de muito alto risco em Porto Alegre, elas quintuplicaram ao longo de dez anos. Elas passaram de 10 para 51, e o número de famílias que moram nessas áreas subiu de mil para mais de cinco mil. A gente tem realizado, ontem fizemos mais uma reunião do nosso grupo de trabalho. O que estamos fazendo dentro da Prefeitura? Priorizando as áreas. Primeiro, estamos priorizando as áreas de muito alto risco em detrimento daquelas de alto risco. Depois, dentro das de muito alto risco, estamos selecionando aquelas onde há risco de enxurrada, deslizamento, corrida de material, se não me engano, é o nome técnico que tem, e onde possa haver desmoronamento. Por quê? Porque estas colocam em risco a vida

das pessoas. Há um entendimento de que, mesmo uma área, por exemplo, no bairro Arquipelago, que seja de muito alto risco, e é um alto risco de inundação, não é que não tenhamos que atender essas famílias, mas nós não colocamos a vida delas em risco imediato, no entanto, alguém que corre o risco de ter uma pedra rolando de uma pedreira sobre a sua casa tem risco imediato.

Amanhã nós iniciamos, eu pessoalmente vou a campo, a visita a algumas dessas regiões para que nós selecionemos aquelas onde vamos começar a trabalhar. Fora o trabalho que nós já fazemos no Município, estamos buscando fontes externas de financiamento, junto ao BNDES, junto ao Banco Alemão, para obras mais profundas.

O que trabalhamos como prioridade? Eu gostaria muito, Presidente Sossmeier, inclusive, de um dia poder trazer esse tema a esta Casa, pois acho que é um tema muito importante para que os vereadores se debrucem. Nós estamos trabalhando com a mitigação do risco, não com o reassentamento, o reassentamento é uma possibilidade quando não há mais caminho. Para isso, estivemos há poucas semanas em Brasília, eu estive no Ministério das Cidades, tanto na Secretaria Nacional de Habitação quanto na Secretaria Nacional de Políticas para os Territórios Periféricos, está para ser lançado, por parte do governo, um edital para que nós contratemos projetos para proteger encostas e projetos, que aí não diz respeito à pasta da habitação, mas à Defesa Civil, para que nós possamos fazer o plano municipal de redução de riscos, é com isso que a gente trabalha no sentido de buscar salvar vidas. Estou à disposição para discutir mais esse assunto. O caso específico da São Luiz está em análise dentro do Departamento. Eu vou sair daqui e tenho uma reunião com prefeito Sebastião Melo, entendo que há um *gap* no atendimento do Município de Porto Alegre entre o auxílio-moradia e o aluguel social, que nós precisamos debater. O auxílio-moradia é para vulnerabilidade, administrado pela FASC, para situações emergenciais e temporárias; o aluguel social é um benefício mais permanente, que visa a um atendimento habitacional definitivo, e casos como esses acabam ficando num limbo que nós precisamos preencher. Então acho que é importante talvez trazer esse debate para dentro do Parlamento para a gente conseguir criar alguma coisa. O Ver. José Freitas fez a referência que está inscrito. Certamente, o nome do Ver. Freitas ainda está no cadastro do DEMHAB, como inscrito para moradia, é por isso que a gente está fazendo o recadastramento e vamos cumprir essa lei. Ver. Claudio Janta, nós incluímos no cadastramento, se o senhor entrar aí vai verificar, que as pessoas coloquem já no cadastramento se há familiares autistas, isso para que uma vez definido esse como um dos critérios, a gente possa fazê-lo. Da mesma forma, Ver.^a Abigail, também consta no cadastro se são famílias chefiadas por mulheres ou se são mulheres vítimas de violência naquele núcleo familiar. Quero só dizer que nós estamos começando esse cadastramento agora, e a Ver.^a Abigail colocou da questão de que são apenas 470, porque nós não tínhamos servidores suficientes no DEMHAB. Este ano entraram no Departamento mais 28 servidores, o que nos possibilita fazer esse trabalho que nós fizemos em conjunto com o Comathab. E só para esclarecer, Ver.^a Abigail, o título de regularização fundiária tem valor de escritura, ele já é um registro definitivo para aquelas famílias. Ver.^a Cláudia, obrigado pela parceria no trabalho. Só para encerrar, a Ver.^a

Comandante Nádia toca em um tema que para nós importa muito aqui, que é a questão dos condomínios e da ocupação por figuras estranhas ao condomínio que não são aqueles indicados. O que a gente busca com esse cadastro é justamente poder garantir a indicação definitiva daqueles que mais precisam em Porto Alegre.

Vereador, meu muito obrigado pelo tempo que tive aqui. O DEMHAB está à disposição. Se o senhor me permite, eu vou panfletar no plenário para que cada um dos vereadores possa ter, em seu gabinete; e já coloco aqui para, se possível, contar também com a presidência. Nós estamos à disposição dentro do Departamento para esta ou para outras pautas de interesse dos vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença do secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h15min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h17min) os trabalhos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, a pedido do governo, do Ver. Cecchim e da Ver.^a Cláudia Araújo, solicito alteração na ordem de priorização para que o PLE nº 007/23 seja o primeiro a ser apreciado na tarde de hoje, e, consequentemente, o Requerimento nº 078/23 passa a ser o segundo.

Há uma combinação de não haver discussão nem do primeiro, que será do DMLU, nem no outro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do ícone da música brasileira, Sra. Rita Lee.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Solicito que somemos, neste minuto de silêncio, homenagem em memória a David Miranda, ex-deputado federal do PSOL, militante, jovem, negro, antirracista e da luta do Movimento LGBTQIA+.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registramos a presença neste plenário dos jovens do Grupo Escoteiro Marechal Osório, do Colégio Marista Ipanema, acompanhados pelos educadores Aline Bertoletti, Carla Aguiar, Leopoldo Andrade, sejam muito bem-vindos. Lembrando que essa atividade faz parte do Projeto Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve junto às escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores, vereadoras, agradeço o espaço de liderança que o meu colega Giovani Culau me empresta neste momento tão importante para todas nós. Neste domingo iremos ser homenageadas pela passagem do Dia das Mães; Dia das Mães que foi instituído lá em 1872 por uma ativista, uma feminista, que propôs ser comemorado esse dia para homenagear, inclusive, os seus filhos que tinham perdido, em função da guerra civil. E há muito se comemora, se homenageia o Dia das Mães, mas este ano ele nos traz um significado maior, do exercício da maternidade e faz com que o vivamos com mais intensidade neste momento. Momento de esperança, momento em que temos esse debate já aprovado em algumas casas, que já ganha por toda a sociedade e pelo setor empresarial, inclusive, que mulher tem que ganhar o mesmo salário de um homem quando exerce a mesma função e a mesma carga horária; momento em que, pós-pandemia, muitas mães estão sem seus filhos, muitos filhos sem suas mães. Mas nós temos a esperança porque a covid teve o seu decreto pela OMS que acabou com a pandemia, vivemos ainda o vírus, mas não mais como uma pandemia. Isso nos traz esperança, nos traz esperança em saber que podemos voltar, muitas de nós, a cuidar, como sempre cuidamos, melhor da saúde da nossa família. Portanto, neste momento, eu gostaria aqui, Presidente, de pedir licença, as mulheres mães pedem licença, pedem licença para cuidar dos seus filhos com dignidade, pedem licença para poder dizer a todos que a sobrecarga de sermos mães, mulheres que precisam se preocupar com todos os cuidados dos seus filhos. Vocês já perceberam que, por vezes, as pessoas nos perguntam quando nos enxergam: onde está teu filho? Vocês veem de as pessoas perguntarem aos homens onde estão os seus filhos? No geral, estão com as mães. Eu queria, portanto, pedir licença para exercer a maternidade nas mais diversas maneiras, eu queria pedir licença para construção deste mundo que nos enxergue, que nos respeite e que veja a maternidade como uma função social não só para ganhar flores, nem perfumes, tão pouco eletrodomésticos, nós pedimos licenças para dizer que tem vários tipos de mães, várias, as mães típicas, as mães de pessoas com doenças raras, as mães de pessoas LGBTQIA+, mães de autistas, mães solo, cada uma dessas maternidades tem o seu desafio, mas nós, mães, nunca abandonamos nossas crias, e as nossas crias não vêm com manual, nem com nenhum tipo de bula. De acordo com o levantamento do Instituto Baresi, feito em...

(Manifestação antirregimental.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver.^a Nádia, o Dia das Mães é domingo, vou informá-la que o Dia das Mães é domingo e hoje é a nossa última sessão da semana e eu quero cumprimentá-la porque eu sei que a senhora é mãe. Os pais abandonam os filhos, 78% das crianças com deficiências raras, antes delas completarem cinco anos de idade, são abandonadas pelos seus pais. Hoje cerca de 500 crianças por dia são registradas sem o nome do pai. A maternidade atípica muitas vezes envolve um processo de descoberta, de diagnóstico do seu filho, que busca a rede de apoio pelo ideal, uma compreensão mais profunda das necessidades dos pequenos. Para a sociedade é aceitável que homens não se envolvam da mesma maneira, deixando as mães sobrecarregadas. Para concluir, eu quero dizer que nós, mães, pedimos licença para que sejamos ouvidas, para que as políticas públicas, que ganham as ruas falando sobre a importância da saúde mental materna, sejam ouvidas. A sociedade precisa se conscientizar e incentivar o cuidado por meio de atenção multiprofissional garantida pelo poder público. O meu mandato estará comprometido em atender, acolher as demandas dessas mulheres muitas vezes invisíveis e que querem e precisam da voz. Quero concluir dizendo que nós que geramos filhos, que geramos vida, que cuidamos da vida, que salvamos vida, eu quero dizer a todos vocês, a todos, tudo é político quando se é mãe. Para todas as mães, eu quero deixar aqui o meu abraço com a certeza de que continuaremos juntas, perseguindo os nossos sonhos, travando as nossas lutas pelo reconhecimento da maternidade como uma função social, pelo direito à creche para as nossas crianças. Quero dizer que precisamos adotar políticas públicas de apoio às gestantes, às mães, às nossas crianças, a todas as mães o nosso forte abraço, o nosso mandato sempre à disposição para travarmos essa luta junto. Nosso afeto, nosso carinho por todas as mães de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente Hamilton, vereadoras e vereadores, ontem eu estive na reunião com a secretária Pellini, analisando o cabeamento subterrâneo da rede elétrica. A primeira reunião, portanto, em relação àquele projeto que nós votamos aqui, de minha autoria e da Ver.^a Barth, para que nós possamos remodelar, mudar essa paisagem de Porto Alegre. Os resultados, no meu entender, foram muito bons. Existe o objetivo claro do prefeito Melo e da secretária Pellini de começar esse trabalho. Além deste vereador, estavam, portanto, a secretária, a operadora Vivo, a CEEE Equatorial e a Procuradoria-Geral do Município. Para tanto, ficou bem claro, é necessário estabelecer diretrizes, visto que a ideia do governo é iniciar pelos estudos da denominada rede lógica, que são das operadoras de telefonia e TV a cabo, por exemplo, e logo em seguida a rede elétrica. Uma das medidas é buscar levantar e mapear toda a tubulação da Procempa. A Procempa vai dar para nós, Presidente, uma

noção muito boa de começar esse trabalho na cidade, da rede subterrânea em Porto Alegre. É necessário, portanto, sendo uma das medidas, buscar levantar o mapeamento da Procempa, pois uma das ideias é que esses dutos possam ser ofertados, os dutos já existentes das operadoras, caso haja viabilidade técnica, em que o Município cobraria como preço público pelo direito de passagem o mesmo valor que a CEEE Equatorial já cobra – isso é bem claro dizer –, de R\$ 6,34 por ponto, a fim de que o custo excedente não seja repassado aos consumidores. Além disso, a Prefeitura vai obter as opiniões dos envolvidos para determinar a modelagem. O que hoje é mais incômodo é a rede lógica, especialmente com relação aos cabos excedentes das operadoras de telefonia e a TV a cabo que não estão sendo utilizados, o que vem ao encontro daquele projeto do Ver. Ferronato, que nós amparamos no projeto, de fazer a modificação, a retirada desses cabos que pertencem a essas linhas que não estão mais sendo utilizadas, que fazem um emaranhado de problemas na cidade.

Foi tratada também a questão da retirada da fiação, que eu falei; foi reforçado o que já está na nova lei, no sentido de que os novos projetos construtivos, sejam eles de novos loteamentos, abertura e estruturação de ruas e pavimento somente serão aprovados pelo Município se preverem a fiação subterrânea. Isso é muito importante! A Vivo e a Equatorial reforçaram a proposta de um projeto piloto numa rua ou avenida de Porto Alegre, num pequeno trecho, para que se experimente e se produza o conhecimento sobre os erros e acertos, para que sirva de exemplo. Por exemplo, nós temos várias tubulações na cidade, como é que vai passar uma questão subterrânea onde há vários túneis, ou caixas, ou redes que possam prejudicar outros segmentos da sociedade? Tudo isso deve ser estudado.

Outra questão abordada, que saudamos, é a fase avançada da colocação das antenas de tecnologia G5 em Porto Alegre, de altos postes. Trata-se de um objetivo complexo que exigirá muitos estudos e recursos financeiros, e a nossa lei aprovada por esta Câmara deu início a essa questão urbana que trará mais segurança na prestação de serviços, bem como embelezará a cidade, tirando os custos.

Devemos, mais uma vez, salientar, Presidente, o interesse do Poder Executivo. O prefeito Melo autorizou fazer a reunião, quer modificar esse panorama na cidade, quer começar através de um plano piloto sugerido pela própria Vivo. E hoje de manhã fiquei sabendo, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que a Claro já faz tubulação na cidade, para algumas redes deles. Portanto não é nenhuma estranha ideia e, sim, um começo de um projeto muito salutar para Porto Alegre. Para concluir, Presidente, a reunião foi muito produtiva, haverá outras reuniões com outras redes, e eu tenho certeza de que nós vamos dar um passo importante fazendo esse plano piloto, numa região da cidade, para ver como é que funciona as tubulações, enfim. Foi muito boa a reunião e nós ficamos muito satisfeitos., terão outras com melhor encaminhamento, com maior conhecimento, com a participação das empresas trazendo ideias, portanto, ficamos muito felizes com este projeto, meu e da Ver.^a Fernanda Barth, que foi aprovado por todos. A partir de agora, o projeto é de todas e todos os vereadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Presidente Sossmeier e todos aqueles que nos assistem presencialmente ou em casa, eu vim aqui hoje fazer uma lembrança da lambança que está sendo feita neste desgoverno federal às custas do trabalhador, às custas de quem ganha menos, às custas dos pagadores de impostos, das pessoas que trabalham de sol a sol neste País. O excesso de gastos de Lula só no início do ano, vamos deixar bem claro aqui que aquele papinho de ser contra sigilo de 100 anos é tudo balela e blá-blá-blá, típicos de estelionato eleitoral que a gente sabe que foi cometido durante toda campanha petista ao governo. Porque o sigilo está mantido, o sigilo absoluto dos gastos do governo Lula: R\$ 216.800,00 em gastos no Hotel Meliá Brasil só em janeiro, porque ele não podia morar no palácio, porque a mobília não era boa o suficiente e nem tinha sequer olhado dentro dos depósitos, onde a maioria das coisas estava guardada e foi alvo de *fake news* inclusive amplamente divulgada por uma esquerda irresponsável. Os gastos com a cama e um sofá de couro italiano para o Palácio da Alvorada entre R\$ 65 mil e 42 mil; a coroação do rei Charles em Londres foram mais de R\$ 40.000,00 de diária de hotel só para o casal que fechou o andar inteiro do hotel. A viagem de Lula à China e aos Emirados Árabes custou R\$ 6,6 milhões ao bolso do trabalhador brasileiro, quase metade dos custos, R\$ 3,2 milhões se referem a hospedagem. O segundo maior gasto da comitiva foi com aluguel de carros, R\$ 1,3 milhão. As despesas foram maiores na China, onde houve o gasto de R\$ 5,4 milhões no último dia de compromissos, onde o governo realizou ainda um coquetel na embaixada brasileira que custou R\$ 130 mil aos cofres públicos. Nos Emirados Árabes, os gastos totais foram de R\$ 1,2 milhão, um gasto médio de R\$ 90 mil por pessoa que acompanhou a viagem. Já prometendo, eu li hoje de manhã, nova viagem para semana que vem. Esta lua de mel do Lula com a Janja não acaba nunca. Quem mais trabalhou até agora, neste desgoverno, foi o piloto do avião. É de rir ou é de chorar? Não, é de chorar, porque enquanto o trabalhador ganhou R\$ 18,00 de aumento do salário mínimo, este governo vive de luxo e de esbanjar mordomias, recursos de cartões corporativos, e tudo no sigilo dos 100 anos. Desde que assumiu a presidência, Lula já esteve em oito países. Trabalhar de verdade que é bom, necas! Nada! O que de fato veio de concreto de todas essas viagens? Nada de concreto, só discurso e narrativa. Para concluir, este desgoverno é uma vergonha em nível de aparelhamento, de emprego, cabidão de emprego para as esposas em geral dos ministros. Cinco mulheres de ministros já são nomeadas para cargos públicos com salários de até R\$ 37,5 mil. Desde janeiro, elas foram nomeadas para funções de alto escalão em Brasília ou indicadas para tribunais de contas nos Estados. Para concluir, Presidente, as remunerações das esposas dos ministros variam entre R\$ 35.462,00l e R\$ 37.589,00, podendo ultrapassar, em alguns casos, R\$ 50 mil com benefícios e indenizações. Este é o governo que mente em se preocupar com os pobres! Este é o governo que mente que se

preocupa com quem ganha menos! Este é o governo que quer poder, concentração de riqueza e renda na mão do seu partido e da elite que o compõe. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Queria falar sobre um tema que interessa a todos aqui da Casa, que é a questão da educação. Todos nós concordamos que a educação deve ser prioridade, mas quando eu pergunto para as pessoas o que elas consideram ser educação, cada um tem uma resposta, e normalmente as pessoas costumam atribuir uma noção de educação não aos seus objetivos, mas, sim, aos elementos que acabam compondo as ferramentas que podem conduzir ao objetivo. Vou dar um exemplo: quando eu falo educação, algumas pessoas me falam que educação é um professor em sala de aula, educação é uma escola em boas condições, educação é a valorização do professor, educação é o aluno. Tudo isso compõe aquilo que nós entendemos ser educação, mas nenhum desses elementos por si só é educação. A educação não pode ser interpretada como essa simples construção que as pessoas costumam pensar. Eu tenho um exemplo prático disso: recentemente eu passei pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e eu lembro que estavam falando sobre a precarização da educação, os prédios estavam bem bonitos, havia problemas de manutenção, óbvio, é necessário dar essa atenção, também estavam reivindicando melhores salários e melhor infraestrutura. Eu fiquei pensando se aquilo, de fato, representava investimento em educação ou se aquilo não se traduzia efetivamente num investimento nos periféricos que compõem a educação e não na educação em si. Aí comecei a me perguntar, se não são os periféricos que são a educação, o que é educação em si? A conclusão que eu cheguei é que educação, na minha opinião, é a emancipação do cidadão, é a emancipação daquele aluno da escola Neusa Brizola, que eu visitei ontem, que, quando se formar, vai ter condições de buscar emprego, levar renda para sua casa, vai conseguir se tornar um bom cidadão, convivendo em sociedade e conduzindo a sua família com respeitabilidade. Para mim, educação é essa emancipação do cidadão, e quando a gente pensa na emancipação do cidadão, ensinando a ele aquilo que é importante para ele conseguir conviver em sociedade, a pergunta óbvia que acaba vindo é: o que nós ensinamos para esta criança, se educação não é o prédio, não é o professor, não é a sala de aula? Na minha opinião, aquilo que é ensinado para a criança é sim a coisa mais próxima que a gente pode utilizar como referência para aquilo que seria educação de fato. E daí eu me perguntei: quais são as informações que nós estamos entregando para as nossas crianças de modo a permitir que elas se tornem emancipadas como cidadãs e possam buscar o próprio sustento de maneira autônoma. E eu fui pesquisar o que é ensinado para as nossas crianças, e eu fui pesquisar o que compõe os elementos de ensino que nós temos no nosso País, e eu identifiquei pelo menos três grandes problemas, mas, se formos estender, chegaremos a muitos outros, chegando a seis, sete ou oito. Na minha

opinião, um dos principais problemas que nós temos na educação, que impossibilita a emancipação das nossas crianças é, primeiro, uma coisa que surgiu aqui em Porto Alegre e foi levado para nível nacional que é aprovação automática. Hoje, nós temos um sistema que pode ser chamado de seriado ou de ciclos, que basicamente aprova de maneira automática todas as crianças, no mínimo, até a 3ª série com o intuito de protegê-las, na ideia de que muitas crianças, por não serem aprovadas, acabavam abandonando a escola. Só que daí a gente a protege do abandono escolar, mas não a ensina, não a emancipa no futuro. O que acaba acontecendo? Quando chega na 3ª série, nós temos uma avalanche de reprovações; depois temos um novo ciclo de três anos com aprovação automática, depois de três anos, mais uma avalanche reprovações. E o que nós temos observado nos últimos anos? É que essa deficiência de ensino por conta dessa aprovação automática tem efetivamente transformado uma geração de crianças em analfabetos. Essa, na minha opinião, é um dos principais problemas que nós temos na questão da educação, mas não somente isso. Um outro problema que nós temos, que tem tentado ser equacionado por todas as prefeituras, mas não tem solução, é o que eu costumo chamar de industrialização da inclusão. A inclusão é importante, nós já discutimos sobre essa questão aqui, só que a inclusão tem que ser feita com acompanhamento psicológico, acompanhamento médico, acompanhamento pedagógico, indicando para cada criança o local adequado para ela conseguir se desenvolver de maneira plena dentro das condições específicas que cada criança tem. Mas, como nós temos observado, nos últimos anos, a industrialização da inclusão tem gerado distorções que dificultam a aprendizagem em sala de aula. Nós temos, somente aqui, dois grandes problemas: o sistema educacional de ciclos e a industrialização da inclusão, que não consegue acolher as crianças especiais de maneira adequada na sala de aula e isso, obviamente, acaba refletindo no ensino de todas as crianças em sala de aula.

A terceira questão, que entendo ser bastante problemática, é o método de alfabetização. Entendo que novas teorias foram implementadas de modo a tentar melhorar a educação através da alfabetização, entretanto elas não se provaram boas na prática. Nós temos, hoje em dia, o método construtivista, que é aquele que, teoricamente, acaba entendendo o contexto da criança e ensinando de maneira lúdica a alfabetização e a matemática a ela, utilizando elementos do dia a dia dela. O que aconteceu, infelizmente, é que isso acabou não funcionando na prática, e muitas das técnicas que no passado já eram consolidadas ressurgiram na prática pedagógica como alternativas que efetivamente funcionavam para a educação dessa criança.

Eu teria outros elementos aqui, queria só usar de maneira muito breve para deixar colocado: a formação dos professores, nós temos observado um declínio da capacidade das universidades em formar bons professores; a motivação para ingressar na carreira de pedagogia, muitas vezes a motivação para entrar na carreira é muito mais por a pessoa ter afeição para com crianças que, de fato, ter uma aptidão para ensinar, eu acho que isso é um grande problema.

Para concluir, uma pergunta que eu não consigo responder: como Paulo Freire, que, supostamente, desenvolveu um método de alfabetização que alfabetiza

adultos em 45 dias, se tornou patrono da educação brasileira e acabou transformando uma geração de pessoas analfabetas. Essa é a dúvida que não consigo responder.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, meu estimado amigo, Ver. Cássia Carpes, acompanhei, como fiz em todos, a sua manifestação aqui, e nas últimas vezes, e foram diversas, em que eu estive aqui na tribuna, eu falei do mesmo assunto: fios e cabos sem uso, dependurados, enrolados, embrulhados nos postes da rede aérea aqui da nossa cidade. A cidade, sem sombra de dúvidas, está feia e está perigosa, por razão desses fios soltos por aí. Daqui a pouco, acontece aquilo que já aconteceu: certa vez, em Porto Alegre, a caída, o rompimento de um fio energizado, e um jovem faleceu na cidade. Nenhum encaminhamento, nenhuma fiscalização para a exigência do cumprimento da lei de minha autoria, de retirada de fios e cabos, estão sendo cumpridas e executadas. A imprensa tem dado uma atenção toda especial para a lei, dizendo da necessidade e urgência, e nada ou muito pouco é feito. Hoje pela manhã, como sabia que falaria sobre isso, passei na minha rua, em toda sua extensão, em 85%, 90% dos postes, no mínimo, a situação é a mesma. Está na hora, repito, até já passou tempo demais, da Prefeitura tomar medidas para que as empresas cumpram a lei. Muito bem. Nas ruas em que passei, todas com a mesma situação: fios dependurados por todo o lado. Semana passada, um jovem, muito jovem, estava muito próximo da minha casa com uma pedra na mão, uma pedra, e ele pegava, meus caros vereadores, o fio que estava caído até o chão, encostava no poste e batia até arrebentá-lo. Não dá mais para suportar calado essa inércia que acontece na cidade. Não é possível. Por isso, meu querido Ver. Cassiá, me preocupam essas promessas desses empresários, me preocupam. Como vão cumprir uma lei que vai requerer bilhões se não cumprem de simples retirada de fios? É preciso acreditar, sim, que tudo poderá avançar. Agora, a Prefeitura tem o dever. A Prefeitura me disse, numa pergunta que fiz a eles, que eles estão atendendo a lei a partir de denúncia. Ora, vejamos só, o cidadão vai ter que denunciar: “Aqui na frente da minha casa, na rua tal, tem fio caído”. Não é esse o espírito da lei. Nós precisamos cobrar, e a Prefeitura tem que adotar providências e começar a multar, até porque temos na lei previsão de multa. Um abraço e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do nosso deputado Dr. Thiago Duarte. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, Presidente. Eu gostaria de relatar para os vereadores que a Comissão de Finanças esteve ontem no Tribunal de Contas. Como muitos viram no jornal, a nossa cidade estampou as capas dos jornais devido a uma suspeita de compra de materiais de telas interativas na nossa cidade por R\$ 6 milhões, um valor acima do que é praticado pelo mercado em outras cidades, um valor sem licitação, um valor de uma tomada de preço da cidade vizinha, São Leopoldo. Nós, como vereadores da Comissão de Finanças – e eu, como presidente da Comissão de Finanças –, não poderíamos deixar o cidadão porto-alegrense sem respostas e por isso, nós fomos ontem no Tribunal de Contas ouvi-los, entender um pouco mais de como está sendo feita a fiscalização, afinal, nós precisamos entender que dano ao Erário é dano para todo porto-alegrense. Nós vemos que o processo ainda corre em discussão, em análise, em investigação. E foi ressaltado pelo Tribunal de Contas, Ver. Pedro Ruas, para irmos também, em uma visita da Comissão, em algumas escolas que receberam a tela, porque além da atribuição do vereador de fiscalizar os documentos, nós precisamos ver se o poder público está realmente utilizando aquela tela na escola; o Ver. Alex Fraga, que é professor, sabe, além de comprar, nós precisamos utilizar, é o aluno que precisa utilizar. Não é só para rubricas, não é só para fechar o balanço de cumprir o mínimo constitucional na educação, é para fazer a diferença onde mais precisa, no nosso aluno, na escola. E por isso eu já convoco os vereadores que estaremos indo em uma escola, ou em mais de uma escola, verificando, junto com a Comissão de Finanças, se as telas e todo o material pedagógico comprado pela Secretaria de Educação está sendo devidamente utilizado pelos professores e pelos alunos. Ressalto aqui que comecei, há mais de ano, reforçar a maneira duvidosa da compra de inúmeros materiais de tecnologia. Foram quase 60 milhões de chromebooks, foram R\$ 10 milhões em material e livros pedagógicos que compramos; foram R\$ 14 milhões num kit tecnológico, agora R\$ 6 milhões de telas tecnológicas. E para trazer para vocês um pouco mais sobre este negócio, é um negócio eu não sei de onde, porque nós temos uma tela que custa R\$ 30 mil, e desses R\$ 30 mil, R\$ 7 mil é para uma garantia estendida. Nem as Casas Bahia acharam um negócio tão bom, porque nós vamos comprar uma tela de R\$ 30 mil onde R\$ 7 mil é para garantia estendida. Normalmente quando se compra uma TV, uma torradeira, a gente vai pagar aqueles R\$ 10,00 a mais, R\$ 200,00 a mais. Se compra um Iphone e põe garantia estendida, mas R\$ 7 mil de garantia estendida, a gente precisa de explicações. E por isso reforço: é muito dinheiro, e é muito dinheiro numa secretaria que tem dinheiro, numa secretaria onde faltam seis mil vagas na educação. O Município de Porto Alegre recebe R\$ 7 mil do governo federal para cada criança que está dentro da escola. Esse dinheiro não cai do Tesouro do Município, ele vem do Fundeb, então o que bastaria para Secretaria de Educação é entregar as escolas para a população, porque o dinheiro para manutenção vem do governo federal. Então me falta entender onde está a prioridade do governo atual. Se falta em querer aparecer que está comprando tela interativa e mostrar que cumpriu o mínimo constitucional, ou entregar o real valor para a população e para o nosso aluno; seis mil crianças fora da escola, esse é o tapa na cara da realidade Porto Alegrense. Telas

interativas, superestimadas com valores que ainda não foram identificados, é a realidade. Então eu gostaria de reforçar que a Comissão de Finanças está trabalhando com a maior seriedade, diante dessa agenda, e estaremos, sim, indo nas escolas e verificando a devida situação. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, venho à tribuna, em tempo de liderança pelo meu partido, PSOL, e agradeço ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas, pela oportunidade e aos meus colegas bancada, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. Eu gostaria de reforçar as palavras da Ver.^a Mari Pimentel, algo muito estranho está acontecendo no Município de Porto Alegre, muito estranho, e que bom que a CEFOR está debruçada sobre o assunto. Seria importante também que a outra Comissão, que debate o tema, a Comissão de Educação, reforçasse essa força-tarefa para verificação do uso dos recursos dos porto-alegrenses. Como é sabido por todos, a Secretaria Municipal de Educação está adquirindo uma enorme quantidade de chromebooks – enorme, Ver. Pedro Ruas –, enorme mesmo. Em alguns casos, não existem tomadas para ligação dos carrinhos que fazem o carregamento dos equipamentos. Os professores e a direção têm que fazer rodízio para carregar, porque é muito equipamento. E esses equipamentos não foram solicitados pelas escolas, eles foram direcionados pela própria decisão das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação. Se não há capacitação dos estudantes, se não há rede elétrica capaz de suportar o carregamento dos equipamentos, no mínimo seria prudente aguardar, gastar esses recursos de uma forma mais produtiva, eis que uma grande quantidade de atividades pedagógicas foi adquirida, e quando chegaram nas escolas, de surpresa, as direções não sabiam o que fazer com tantas caixas, pois não tinham onde acondicioná-las, não havia tido preparação, sequer informação de que esses produtos haviam sido adquiridos. Eles simplesmente chegaram, caíram de paraquedas no interior das escolas. A Ver.^a Mari Pimentel traz uma preocupação muito importante, muito importante, precisamos honrar os recursos dos impostos pagos pela nossa população e esta Casa Legislativa tem o dever de fazer esta fiscalização. Então, parabéns à Ver.^a Mari Pimentel, ao Ver. Roberto Robaina e à Ver.^a Biga Pereira que, ontem, tiveram reunião para tratar um tema tão necessário e delicado.

Mas eu gostaria também de utilizar o final da minha fala, porque nós precisamos enfrentar a burrice, nós precisamos enfrentar a estupidez, nós precisamos enfrentar a ignorância e eu, como professor há 23 anos, tenho o dever, pela atividade profissional que desempenho, portanto, me dói muito perceber que algumas pessoas utilizam deste espaço aqui para falar barbaridades. Um vereador esteve aqui antes de mim falando mal de Paulo Freire, o método Paulo Freire foi aplicado uma vez no Brasil em caráter experimental, no Sertão de Pernambuco, e, em pouquíssimo tempo, conseguiu

alfabetizar 300 trabalhadores rurais que não sabiam ler, não sabiam escrever, adultos. O processo de alfabetização de adultos é extremamente complicado, redes neurais estão bem estabelecidas e para que eles possam compreender, digamos, as diversidades linguísticas e a complexidade do nosso idioma é muito difícil, muito mais difícil do que alfabetizar uma criança. E esse método foi aplicado uma única vez; o método Paulo Freire não é aplicado pelas nossas escolas e, portanto, dizer que Paulo Freire é responsável por baixos índices de educação, é uma mentira imensurável. Portanto, eu espero que quem proferiu essa fala nesta tribuna reveja os seus conceitos e estude antes de falar, porque a burrice tem cura e o nome dessa cura é leitura, é capacitação e estudo. Se o método do Paulo Freire fosse efetivamente aplicado em nossas escolas, nós não teríamos níveis de aproveitamento tão baixos. Eu faço aqui o encerramento da minha fala lembrando o nome do maior educador e do pesquisador brasileiro mais citado no campo da educação, uma referência mundial em termos de pedagogia, do que é bom e do que funciona. Um grande abraço uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, queria falar aqui de uma agenda importante da Nísia Trindade, Ministra da Saúde, que esteve no Hospital Conceição na última sexta-feira, e este vereador foi representar a Câmara no evento no Grupo Hospitalar Conceição, onde tivemos lá a posse da nova direção. Faço questão de saudar o Barichello que é o novo superintendente do Grupo Hospitalar Conceição que compreende quatro hospitais em Porto Alegre. Muito importante este grande Grupo que atua na área da saúde e que tem cem por cento de atendimento do Sistema Único de Saúde, parte desse atendimento é da Atenção Básica com 12 postos de saúde. Bem contrário do que o governo municipal faz quando também faz tipo uma gestão da Atenção Básica, fazia até o ano passado, e transferiu essa gestão para hospitais em Porto Alegre, hospitais filantrópicos, terceirizou a Atenção Básica em Porto Alegre. E agora com esse programa importante que o governo federal está lançando que é o Mais Médicos dá para nós percebermos a grande contradição, Ver. Alex, que o governo anterior tinha do atendimento à Atenção Básica. O governo anterior lançou o Médicos pelo Brasil, tentando substituir o Mais Médicos do governo Lula ainda, e o governo Lula agora reeditou o programa. Inclusive o próprio município vai ter que optar se ele o programa, que inclusive o próprio Município vai ter que optar se ele adere ao programa ou não e Porto Alegre terá, nesta adesão, mais 56 médicos. Mas olhem só a contradição do governo anterior: ele mudou o nome do Mais Médicos e criou Médicos pelo Brasil, que em Porto Alegre tem 22 médicos e que o governo municipal tinha que fazer um aporte financeiro para esses médicos de mais de R\$ 1,1 mil por mês, e até hoje, meus amigos, colegas vereadores e vereadoras, o governo municipal não pagou. O

governo municipal está dando o calote ao programa que ele mesmo apoiou, ao presidente que ele apoiou, o governo Bolsonaro, dos Médicos pelo Brasil, e não está pagando essa complementação aprovada na Resolução do governo federal, do governo anterior, de aportar mais R\$ 1,1 mil para cada profissional. Eu encaminhei uma moção neste plenário, deverá vir nos próximos dias, mas também quero perguntar, através de um pedido providencial, ao governo municipal: aonde ele está colocando esse recurso que ele está recebendo, de fundo a fundo, para Porto Alegre?

O outro problema é algo bizarro, porque o próprio governo tem uma dita comissão que homologa as decisões do próprio governo se vai executar ou não. E essa comissão, que está constituída por vários secretários, dentre eles é, sim, o André Barbosa, da Secretaria de Administração, em que foi aprovado a admissão de mais 15 agente de combate a endemias. Nessa situação caótica que está Porto Alegre, da proliferação do mosquito da dengue, da tuberculose, já faz três meses que foi solicitada para Secretaria da Saúde a admissão desses servidores já concursados, e o governo não admite os 15 agentes de combate a endemias. Por favor, governo, tem que começar a dar satisfação aqui, Cecchim, desses problemas que acontecem no coração do governo. E na vida ali fora, no posto de saúde ou lá no programa Médicos pelo Brasil, os médicos não estão sendo valorizados. Aí algumas entidades dizem: “Não, mas o governo Lula reeditou o programa e continua com prioridade os médicos de Cuba.” Mentira! Está lá na Resolução: primeiro, os médicos brasileiros e, se não tiverem, pode ser de outros que queiram trabalhar no Brasil, mas até agora não foram concluídas as vagas, ora ofertadas pelo governo federal para os Estados e Municípios para os brasileiros. Será que os nossos médicos profissionais não querem atender no Campo da Tuca? No Morro da Cruz? Na Vila Glória? Na Vila Bom Jesus, por que é periferia? Ou não querem ir para a Amazônia? Mas acontecem problemas na nossa cidade! O governo municipal já disse que vai aderir ao programa, segundo o secretário de Saúde. E os médicos brasileiros, gaúchos, porto-alegrenses vão optar por trabalhar nessas comunidades? Nós queremos ver! O governo não paga esse adicional aos médicos que são daqui e que também são de outros Estados, para o programa da Atenção Básica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, que nos escuta pela nossa Rádio Câmara e também público que nos acompanha através das plataformas sociais. Ouvindo o discurso da Ver.^a Biga, me fez lembrar, Ver. Pedro Ruas, de um projeto que eu tinha apresentado e reapresentei aqui na Câmara de Vereadores, pensando exclusivamente nas crianças, pensando exclusivamente nas famílias, pensando exclusivamente naquela criança que chega na escola para a homenagem do Dia das Mães. Essa criança, que pode ter perdido a mãe no seu

nascimento, essa criança que pode ter perdido a sua mãe num acidente de carro, essa criança que pode ter perdido a sua mãe por uma doença, essa criança que pode até ter sido – algo muito difícil – abandonada por sua mãe. Como essa criança se comporta numa escola? Como essa criança se comporta nestas duas semanas de festas, homenagens, de entregar cartãozinho, florzinha, de apresentação? Como que essa criança se comporta no Dia das Mães? Como essa criança se comporta no Dia dos Pais, quando tem apresentação também dos pais, e como essa criança se comporta, eu posso falar da minha criança, minha filha Linda Anis, de cinco anos, no Dia dos Avós – ela que não tem nem os avós paternos e nem os avós maternos, ela fica procurando uma avó para levar para a escola no Dia dos Avós. Eu acho que nós temos que acabar com esse sofrimento das crianças, principalmente as crianças especiais, principalmente as crianças autistas, principalmente as crianças com qualquer tipo de deficiência intelectual que não têm a compreensão do que é esse papel. Nós protocolamos um projeto que as escolas infantis do Município de Porto Alegre adotem o Dia da Família, porque lá, na figura daquela mãe que não está, poderá estar a avó. Na figura daquele pai que não está, poderá estar o avô, o tio, o padrinho e não necessariamente a palavra avó, a palavra pai, a palavra mãe. Eu acho que está faltando um pouquinho, para nós, nessa questão, conhecer a dor que uma criança carrega. E peço a cada um dos colegas aqui que já tiveram a infelicidade, que nem eu tive, de perder minha mãe; a infelicidade, que nem eu tive, de perder meu pai, e sem falar dos meus avós. Eu já perdi meu pai e minha mãe, meus avós. Nessas datas, se não vem aquela saudade mesmo com a idade que a gente já tem, mesmo da forma que convivemos com os nossos pais, com os nossos avós, se lá não bate aquela saudade. Agora imagina uma criança de cinco anos numa escola, tendo que estar ou se ausentar da festa do Dia das Mães, Dia dos Pais ou Dia dos Avós. Então, nós protocolamos esse projeto que institui, nessas datas, nas escolas infantis de Porto Alegre, o Dia da Família em que as crianças poderão estar lá, volto a repetir, com a sua família. No Dia das Mães, estar lá com a sua família, estar lá com a sua madrinha, estar lá com a sua tia, e por aí vai, não sendo essa pressão emocional, essa pressão de perda que as crianças sofrem nas escolas infantis, principalmente, as crianças autistas, com síndrome de Down, com qualquer outra deficiência intelectual ou qualquer outro espectro. Então, nós temos esse projeto protocolado que esperamos, em breve, abrir a discussão neste plenário e a votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores e vereadoras, nós estamos muito preocupados, estivemos ontem, como parte da Comissão de Economia e Finanças, que é uma comissão presidida por uma vereadora do NOVO, Mari Pimentel, estive eu, a Ver.^a Abigail e a Ver.^a Mari Pimentel numa reunião com o Ministério Público de Contas. Eu marquei esta reunião com o Ministério Público

de Contas, o procurador Geraldo da Camino se encontra de férias, mas o procurador-geral da Camino sempre é muito ativo quando é solicitado pela Câmara dos Vereadores que, em tese, institucionalmente falando, tem a função de fiscalização do Executivo. O procurador-geral da Camino nos passou, e nós nos reunimos com Dr. Ângelo Borghetti e com o chefe de gabinete, Dr. Roberto. Foi uma reunião muito importante, e eu tenho acompanhado, desde o ano passado, as aquisições da Secretaria de Educação do Município. Eu sou obrigado a dizer que são aquisições suspeitas. Nós temos suspeitas acerca da irregularidade. São aquisições sem nenhum planejamento e há apontamentos, do Tribunal de Contas, de aquisições com superfaturamento. Em dezembro, nós pedimos uma inspeção urgente, mas o Tribunal acabou não aceitando a urgência, não dando urgência, porque o gasto de R\$ 14 milhões já havia sido feito. Aqui eu estou me referindo a um processo, que foi o processo de contratação dos *kits* educacionais, livros e mobiliários da Mind Lab do Brasil Comércio de Livros; R\$ 14 milhões, onde não ficou demonstrado a necessidade dessa aquisição, mais do que isso, nesse caso específico, a impressão que nós temos é que foi um processo de compra já direcionado, uma licitação direcionada, o que é muito grave. A nota do tribunal diz que a pesquisa realizada via ferramenta de busca na rede mundial de computadores definiu o termo, metodologia, *MenteInovadora*, comprar, que é exatamente o nome do programa da MindLab do Brasil Comércio de Livros. A busca, ou seja, o processo de contratação já induzia quem receberia, quem ganharia o processo, porque já especificava o nome da própria empresa, uma empresa israelense. São R\$ 14 milhões, e o Prof. Alex, que conhece muito educação, sabe que isso não tem sido utilizado devidamente nas escolas, há desperdício. Nós fizemos essa denúncia em dezembro. Ocorre que agora, novamente, nós temos uma outra denúncia, uma outra auditoria do Tribunal de Contas dessa aquisição de 188 telas interativas de 75 polegadas, ao custo unitário de R\$ 32 mil, que foi uma adesão à licitação feita em São Leopoldo. A [Lei de Licitações](#) prevê a adesão, mas uma cidade como Porto Alegre simplesmente aderir a uma licitação feita em São Leopoldo é algo pouco sério, e o tribunal aponta superfaturamento além de falta de planejamento. Nós realmente ficamos muito preocupados, porque a contratação foi desnecessária, havia outras soluções e, além do mais, as escolas não foram preparadas para a aquisição desses materiais. A Comissão de Economia e Finanças foi visitar o Tribunal de Contas, e eu acho que a Comissão de Defesa do Consumidor, por exemplo, que é muito importante e muito forte, porque tem o Pedro Ruas, o Alex Fraga e é presidida pelo Conselheiro Marcelo, pode fazer uma força-tarefa conjunta, também com a Comissão de Educação, presidida pelo Mauro Pinheiro. Nós precisamos fiscalizar, nós queremos fiscalizar, porque não é possível que o Município gaste R\$ 14 milhões sem a devida necessidade e depois gaste R\$ 6 milhões sem a devida explicação – isso num período de menos de seis meses. Por isso que nós, da Comissão de Economia e Finanças, fizemos essa reunião e vamos seguir fiscalizando esse assunto, porque é suspeito que a Secretaria de Educação faça aquisições, e o Tribunal de Contas, duas vezes, faça apontamentos sobre possíveis irregularidades nessas aquisições. Por isso é muito grave, e eu parablenizo a nossa Comissão por ter tomado essa iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h27min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Gostaria de cumprimentar, em nome da Mesa Diretora e de todos os vereadores desta Casa, nesta que é a nossa última sessão antes do Dia das Mães, as vereadoras, servidoras, colaboradoras mães que compõem a Câmara Municipal — é para estar a foto aqui das mães, vereadoras —, que além de grandes lideranças e competentes profissionais, são pilares da nossa sociedade, uma vez que executam aquela que é, sem dúvida, a maior das missões: amar, educar e zelar pelo desenvolvimento de seus filhos. Parabéns a todas as mães da Câmara Municipal de nossa capital. Peço, em nome de todos os vereadores, uma salva de palmas desejando a todas as mães um feliz Dia das Mães antecipadamente. Merecem.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, tomo a liberdade de fazer um pedido aos autores do Requerimento nº 080/23, uma moção de solidariedade. Acho que nós não podemos banalizar a questão das moções, algo que até já foi assunto da imprensa, já que nem a Assembleia Legislativa participou de uma moção com esse teor. Não tem nada julgado, o que se tem é um processo na Polícia Civil, correndo em segredo. Então não vejo a necessidade de apreciarmos no dia de hoje essa moção já que nenhuma outra casa está discutindo esse tema, nem a Procuradoria da Mulher, desta Casa ou da Assembleia Legislativa, chegou a discutir esse tema. Acho que não tem necessidade, na tarde de hoje, de nós entrarmos num assunto que, por enquanto, não diz respeito a esta Casa, volto a frisar, um assunto que está na polícia, correndo em segredo. Solicito a retirada da priorização do Requerimento nº 080/23.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, em nome da bancada do PT, eu queria reforçar esse requerimento do colega Ver. Janta, uma vez que é um tema que ainda não temos nada conclusivo e que envolve uma pessoa por quem temos grande consideração, foi vereador, hoje deputado. Como também, do outro lado, pessoas que podem, no caso de comprovação, ter esse direito assegurado. Um abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sr. Presidente, boa tarde, colegas; primeiro, quero dizer para o Ver. Roberto Robaina e para o Ver. Giovani Culau, olhem como acontece esse pedido de retirada, ou de permanência, de algum projeto de lei, mesmo não conversando com o autor. Então, isso é algo que acontece nesta Casa. Eu sou uma das autoras dessa moção. Não adianta subirem aqui depois, outros, e dizerem que isso nunca acontece, e com certeza o senhor está se solidarizando comigo, porque isso aconteceu com o senhor e nós falamos que isso é bem normal, tanto que o Ver. Janta sequer veio conversar com os autores a respeito desse pedido de retirada. Está tudo bem, faz parte da política.

Segunda coisa, vocês sabem, eu venho da Brigada Militar, e muito tranquilamente e tecnicamente aqui eu vou falar – não vou falar aqui a respeito de política – a respeito de violência. A partir do momento em que uma mulher vítima de violência tem a coragem de chamar a Brigada Militar, de ir a uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, ela coloca toda sua história em jogo. Ela se coloca num momento efetivamente de muito mais vulnerabilidade do que aquilo, até porque ela é vítima. E cada vez que uma mulher vítima acaba tendo a coragem de ir denunciar, é bom deixar bem claro que todos os elementos fazem com que ela retire aquele registro. Tudo é feito para que ela esqueça aquilo e não continue com o processo: porque ela é histérica, porque ela é louca, porque ela é doente mental, porque ela é ciumenta, porque ela também ameaçou, e no caso aqui porque ela extorque, porque ela quer fazer uma extorsão. Vejam, é clássico do agressor, e aqui ninguém está falando sobre agressor, ninguém está falando sobre ex-vereador, deputado, seja o que for, é um homem, é um homem que supostamente fez uma agressão, e que, com todas as letras, um juiz decretou medida protetiva de urgência para essa mulher, e não precisou do processo judicial para que o juiz entregasse a medida protetiva para essa mulher. Por que, Ver.^a Fernanda, que é mulher como eu? Porque essa mulher está numa questão de vulnerabilidade, essa mulher pode apanhar mais, ou, como acontece, essa mulher pode esquecer de tudo e voltar para o seu agressor – o que, muitas e muitas vezes, tem acontecido. É o momento em que o juiz, mesmo sem o processo legal, diz para essa mulher “eu te protejo”, isso não há dúvida nenhuma, isso é técnica, isso é jurídico, isso é legal. Ninguém está falando, Ver. Cassiá, sobre politicagem barata. Eu estou falando de uma mulher que colocou o seu nome e disse “eu sou vítima”, que está tendo sua vida devassada, em todos os lugares, Ver. Mauro. E aqui esta Casa se propõe, através dos colegas vereadores, dizer para essa mulher, como se fosse uma medida protetiva de urgência, mesmo antes do processo, “nós estamos te apoiando, segue firme, segue rija”. Vereadora Mônica, procuradora desta Casa, não podemos deixar essas mulheres, que são poucas, pouquíssimas, que têm coragem de denunciar, a grande maioria não denuncia, se cala, sofre, apanha, é humilhada, é ameaçada, e nada acontece; são pouquíssimas, pouquíssimas. Presidente Cláudia, que é mulher também, eu faço um apelo para as mulheres, porque me parece que o machismo tomou conta desta Casa.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Ué, agora mudou? A narrativa muda conforme a vítima? Não, não, não. Ou nós somos todos, não temos lado no momento de uma mulher vítima, ou não é sério, porque eu já votei aqui a favor de moção de pessoa que é de esquerda, por conta de racismo, e não olhei o vereador que colocou a moção. “Mexeu com uma, mexeu com todas”, lembro da fala das vereadoras Biga, Karen Santos, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna. E eu tenho certeza de que essas deputadas vão estar lá na Assembleia fazendo a mesma coisa, porque nós não podemos aceitar que uma mulher que se dispõe a fazer um registro seja simplesmente acusada porque ela fez o registro. Nós estaremos, nesta Câmara, vitimando de novo essa mulher. Eu não vou vitimar essa mulher. Eu quero votar a moção e sei que a Giane está muito agradecida. É, sim, vamos votar mesmo que a gente perca. Quero ver os vereadores que não têm lado e que são a favor da mulher não ser vítima de violência.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, como autor.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Quando não se tem argumento, começam a querer botar rótulos nas pessoas. No ano passado, 30.704 mulheres sofreram ameaças; não vi uma moção aqui. No ano passado, 17.909 mulheres sofreram lesão; não vi nenhuma moção aqui. No ano passado, 2.550 mulheres foram estupradas; não vi nenhuma moção aqui. No ano passado, 107 mulheres tiveram casos de feminicídio consumado; não teve nenhuma moção aqui nesta Casa. Foram 264 casos de tentativas de feminicídio, mulheres que ficaram com lesões, mulheres que ficaram com marcas não somente no seu corpo, mas na sua alma e no seu espírito. Somente em janeiro deste ano esses cinco crimes contra as mulheres teve o registro de 5.687 casos no total, desde ameaça até feminicídio. Em fevereiro, colegas, chegou a três mil, novecentos e poucos. Nenhuma moção. Nós vamos banalizar a moção. A mulher compra uma garrafa de vinho maravilhosa para tomar com seu marido, o seu marido pega a garrafa de vinho e toma com a sua amante. Moção contra quem? Contra a mulher, contra a garrafa de vinho ou contra a amante? O marido vai viajar, ele chega em casa e está a mulher passeando de moto, com a sua moto, com O seu amante. Vamos banalizar quem, o amante, a mulher, o homem que foi viajar ou a moto? Nós vamos banalizar as moções, aqui nesta Casa. Banalizar, já que a questão aqui é de fundo, e eu não tenho nenhuma decisão judicial que eu não possa falar nada. O nome da pessoa que aqui está, até a semana retrasada, era companheira de um ex-colega nosso aqui, e ela quem pediu para manter o sigilo, e o juiz deu. O juiz deu como preventivo, que eu esperava que esse juiz desse para essas mais de 470 mulheres que sofreram feminicídio, seja executado, ou não. Mas como é uma figura pública... Quem aqui nunca teve ex-marido ou ex-mulher? Quem aqui nunca recebeu uma ameaça de uma namorada ou de um namorado? Quem? Agora a Câmara de Vereadores de Porto Alegre vai se meter em briga de marido e mulher! Como diz o ditado: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Seguido nós vemos os órgãos de segurança

dizer que não pode se meter, e depois essas mulheres são assassinadas, essas mulheres são mortas. Não é machismo... Não venham me botar rótulo. Não venham me botar rótulo! Eu não ando de moto, eu não tomo vinho, não venham me botar rótulo. Eu estou aqui defendendo essa Casa para que não venha passar o ridículo de ter algo que sequer a casa da qual o Leonel Radde participa hoje, que é a Assembleia Legislativa, está discutindo. Não tem nem pela Comissão de Direitos Humanos, não tem nem pela Procuradoria da Mulher, não tem nem pela Assembleia Legislativa. Lá, quando tiver, é o lugar certo. Eu lembro muito bem a discussão apaixonada, a briga que teve entre os vereadores aqui, e que depois foram lá na Justiça e fizeram um acordo. É nesse sentido que eu estou falando: como é que nós vamos entrar numa discussão de duas pessoas, e querer meter esta Casa, a Casa do povo de Porto Alegre, nem esperar. O que estou propondo aqui é que se adie a moção, vamos ver como anda essa carruagem, vamos ver como é que troteiam esses cavalos, para nós sabermos lá na frente, como tomar uma decisão. Agora, não tomar uma decisão errada, precipitada. Nós não somos juízes, não somos promotores, nós somos os representantes do povo de Porto Alegre, representantes dessas milhares de mulheres que sofreram ameaças, lesões, estupro, feminicídio, 107, e tentativa de feminicídio, 264, e nenhuma moção chegou a esta Casa em nome dessas milhares de vítimas. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só para dizer que essas mulheres têm também nosso apoio e, se chegar o nome de qualquer uma delas aqui, nós estaremos fazendo uma moção de apoio. Acontece que a Giane está escancarada no jornais, nas rádios e nos gabinetes de ódio, este nome está aparecendo bastante. Quando tiver uma mulher ameaçada com qualquer coisa, nós teremos aqui, sim, moção de apoio, e que aqui venham mais.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver.^a Comandante Nádia.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cláudia Araújo, vereadores e vereadoras, eu acho que este tema não é um tema qualquer, é um tema político como todos os temas ligados também à luta pelo direito das mulheres, é um tema muito importante, e um tema que envolve um ex-vereador e um atual deputado estadual. Um tema grave, uma acusação grave que pesa sobre esse ex-vereador, um vereador do PT, deputado estadual, Leonel Radde, policial. Pesa uma acusação grave, e nisso, para mim, não há dúvida. É evidente que o deputado Leonel Radde tem a obrigação de se explicar. Eu não acompanho o processo, mas sei que é um processo judicial, sei que esse processo está correndo na justiça, ele alega que é a inocente, diz que foi feita uma armação contra ele, a ex-companheira dele faz as acusações que fez. Eu não acompanhei o detalhe

do processo, sei mais ou menos o que saiu no jornais, e eu acho que é um assunto político, é um assunto público. Não acho que seja um assunto que a gente tenha que simplesmente desconsiderar, ele é um assunto público. Agora, nós podemos atuar como quem quer utilizar uma determinada situação para fazer política, não para defender as mulheres e os seus direitos, simplesmente para tentar desqualificar, sem nenhum processo real, sem nenhuma comprovação, sem nenhuma demonstração, sem nenhuma seriedade. Eu acho que o assunto é assunto para ser discutido, mas ele tem que ser discutido, Ver. Tiago, dentro das regras da Câmara. Uma das regras da Câmara é que não se pode colocar uma moção numa reunião de líderes às 11 horas da manhã e às 14 horas ela vir para o plenário para ser debatida. As regras definem 48 horas, por que são tão importantes essas 48 horas? Porque, se os partidários do deputado Leonel Radde, ou se o Movimento de Mulheres ou qualquer movimento saibam com antecipação a pauta da Câmara, eles podem se preparar para ela. Eu acho que é um direito básico, é mínimo. Ou vocês não querem que o próprio deputado e a ex-companheira dele, pode ser também... Se a Câmara quer investigar, que a Câmara investigue. Eu, por exemplo, fiz aqui denúncia sobre a questão da educação e eu quero que a Câmara investigue. Não sei nem se não será necessária uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Querem investigar o episódio envolvendo o deputado? Eu acho que é absolutamente lícito, eu acho que é lícito, acho que a agressão contra as mulheres não pode ser permitida. Acho que a lógica de que isso é um assunto privado não é aceita, não é um assunto privado; quando há uma agressão a uma mulher, não é um assunto privado, é um assunto público, é crime, não se pode aceitar. E se o deputado, por acaso, cometeu crime, ele tem que ser punido na forma da lei, eu não tenho a menor dúvida. O deputado diz que é inocente, em geral isso ocorre sempre. Então o próprio deputado dizer que é inocente não o inocenta; mas o fato de o deputado dizer que é inocente, o fato de o assunto estar nas páginas do jornal, se se quer ser sério com o assunto, se investiga de verdade. Então se chama na Comissão de Direitos Humanos, se chama a ex-companheira, se chama o próprio deputado e se debate com fundamento, se exerce, se quiser, inclusive, um certo papel de polícia. A Câmara dos Vereadores, em algum momento, tem condições de exercer o papel de polícia, quando faz uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse sentido. Agora, querer transformar uma situação dessas numa luta política para simplesmente fazer luta política, eu acho que não é correto, porque eu não creio, infelizmente, neste caso, que os proponentes dessa moção estejam fazendo luta política em defesa dos direitos das mulheres, porque a prática política – esse é o meu juízo – dos componentes que propuseram essa moção é de defesa daqueles setores políticos da sociedade que são os mais misóginos, os maiores defensores da discriminação, os que são mais contra os pobres, os que são mais contra os trabalhadores. Então é lógico que eu não acredito na boa-fé dos proponentes. O fato de eu não acreditar na boa-fé dos proponentes não quer dizer, necessariamente, que não tenha fundamento, ou seja, o deputado tem que se explicar. Agora, eu acho que essa exigência, que deve valer para todos, para deputado de qualquer partido, para vereador de qualquer partido, tem que ser feita dentro das regras. Nós temos um Regimento que define que uma moção é discutida 48 horas depois de ser aprovada na reunião de líderes – é só isso que eu acho

que deve ser respeitado. Quando isso for respeitado, não tem problema nenhum, porque tem tempo suficiente para que todos conheçam o assunto e possam se pronunciar sobre ele. Agora, eu creio, sim, que é um assunto público, é um assunto que todos devem dar explicações, todos os envolvidos devem dar explicações. E acho que, sim, o deputado deve dar explicação sobre esse caso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Ver.^a Cláudia Araújo, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, nós temos certeza que temos uma certa unanimidade aqui no plenário: todos nós somos contra a qualquer tipo de violência contra a mulher. E diria que a manifestação do nobre colega, Ver. Claudio Janta, mostra com clareza que esta moção é uma questão muito pessoal, que acaba resgatando o debate do ano passado aqui no plenário, quando tinha esses dois polos que se contradiziam entre si, eu diria, Ver. Alex, porque qualquer pauta parece que era muito pessoal. Se nós observarmos que esse processo anda em segredo de Justiça, solicitada, inclusive, podemos dizer que hoje que ela se coloca de vítima, e é por isso que o nobre deputado não pode falar, por isso não deu depoimento. É óbvio que nós não teríamos nenhuma prerrogativa de imaginar que poderemos ser o juiz aqui ou o corregedor, de dizer que tal cidadão ou cidadã é culpada ou é vítima. Enquanto não tiver um processo claro e preciso, acho que é muito prematuro nós queremos votar uma moção como se fosse uma tentativa de reforçar incriminação sobre um ex-colega nosso, hoje deputado estadual. Então, por que não adiar por mais alguns dias? Não há por que não concordar com esse requerimento. O que os senhores e as senhoras fariam hoje, poderão fazer na semana que vem. Inclusive, o requerimento ora encaminhado é intempestivo, ele não obedeceu ao rito do Regimento Interno, foi apresentado na segunda-feira e já querem votar no dia de hoje. É nesse sentido que nós queremos, aqui, pedir parcimônia, respeito. Até porque me parece que, agora, grande parte do plenário quer dizer que determinado cidadão bateu em alguém. Se todos nós pensamos que é crime bater em alguém, quem é que vai comprovar isso, se até então nenhum laudo comprova isso? Nenhum laudo comprova isso. E esse laudo pode reverter, e a Câmara passa a ser, principalmente os vereadores proponentes, responsável pelo que poderá ser votado no dia de hoje. Portanto, é prematuro, é uma situação deslocada, e, eu diria que é lamentável que alguns vereadores tragam um assunto muito pessoal para fazer com que consigam desgastar um grande debate que temos que fazer, em nome não só dos governos, seja ele federal, estadual ou municipal, relacionado ao combate ao feminicídio, ao combate à violência contra a mulher. Essa é a questão, e não é o caso aqui, uma vez que o processo está em segredo de justiça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Ver.^a Cláudia Araújo, presidindo os trabalhos; meus caros colegas. Veja, Comandante Nádia, que em nenhum momento, nesta moção aqui, se mencionou o nome do deputado estadual que foi objeto, aqui, de diversas falas. Em nenhum momento! É uma moção de solidariedade à vítima, à pessoa cuja identidade está sendo amplamente divulgada e que inclusive está sendo atacada nas redes sociais. É uma moção de solidariedade é uma cidadã que está passando por um processo difícil, difícilimo, inimaginável – pelo menos para mim, pessoalmente, é inimaginável o que está passando essa cidadã –, que merece, sim, o abraço da cidade, esta moção de solidariedade. Não foi citado na moção o nome do deputado estadual, porém ele próprio disse o seguinte sobre esta Casa e os vereadores. (Procede-se à apresentação do áudio.) Opa, opa, opa, vamos ouvir de novo, vamos prestar bem atenção. (Procede-se à apresentação do áudio.) Uma ameaça de um ex-vereador, deputado estadual, uma ameaça aos vereadores desta Casa. Jessé, tu tens medo de processo? TJ tem medo de processo? Nádia tem medo de processo? Fernanda Barth tem medo de processo? Mauro Pinheiro tem medo de processo? Freitas tem medo de processo? Quem não tem medo de processo tem a sua atividade parlamentar, a sua atuação legislativa de forma coerente, de forma correta, sem medo de ser processado por aquilo que é dito nesta tribuna ou pela forma como nós votamos. Isso é um acinte, isso é uma afronta a esta Casa. O que o ex-vereador Leonel Radde, deputado estadual hoje, fez com esse vídeo que está publicado nas redes sociais é uma afronta aos senhores. Imagine, Ver. Cecchim, o senhor ficar com medo de votar porque alguém vai dizer que vai lhe processar de acordo com o seu voto. Imagine, nossa querida procuradora da mulher nesta Casa, Ver.^a Mônica Leal, se a senhora vai votar ou deixar de votar com algo porque alguém disse que vai lhe processar de acordo com o seu voto. Isso é um acinte, isso é uma afronta à democracia, isso é uma afronta a este Parlamento, isso é uma afronta aos 36 vereadores desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, eu não sei de nenhuma ocasião anterior em que os senhores foram ameaçados pelo seu posicionamento pessoal votando a favor ou contra aqui em alguma coisa. Eu não sei se aconteceu no passado alguma coisa nesse sentido aqui na Câmara de Porto Alegre. Mas, hoje, nós temos um caso concreto onde pessoas estão ameaçando vereadores por suas opiniões e votos.

Aqui está o nosso amigo Oliboni me filmando, tenho certeza que é em função de uma causa muito nobre que ele está me filmando ali. Espero que não seja para instrumentalizar aqueles que querem calar o Parlamento de Porto Alegre. Espero que não seja para isso. Se fosse qualquer outro, se fosse o Melo, se fosse o Ricardo Gomes, se fosse um secretário, se fosse um deputado da direita, não seria considerado um ato antidemocrático isso que está sendo colocado agora por este parlamentar, ameaçando com palavras nas suas redes sociais o comportamento dos senhores aqui, por sua opinião e voto? Sendo que o voto não é para condenar alguém, o voto é para manifestar solidariedade a uma mulher que se sentiu ameaçada por uma questão particular dela. Nós estamos apenas votando a moção de solidariedade à mulher vítima de violência. Será que os papéis aqui se inverteram? Até pouco tempo atrás, eu entendia que a esquerda defendia as mulheres vítimas de violência. Agora estão descredibilizando aquilo que a mulher relata em favor de um homem hetero, branco e rico. É isso que vocês estão fazendo? Eu não consigo acreditar que seja isso o que esteja acontecendo aqui na cidade de Porto Alegre. O PT defendendo não a mulher, mas o homem branco, hétero e rico? Não faz o mínimo sentido. Por isso faz todo o sentido que nós aprovemos a moção que acredite na declaração da vítima, que, diferente do que foi dito aqui pelo Ver. Oliboni, tem laudo, sim. Se o laudo foi forjado, aí o senhor vá lá e questione o laudo com a Polícia Civil, mas tem laudo, sim, que demonstra hematomas de quatro por sete centímetros. É óbvio que isso vai ser discutido no processo judicial. Mas, agora, o senhor está colocando em dúvida a palavra da vítima em favor de um homem branco, hétero e rico? Não faz o mínimo sentido! Não faz o mínimo sentido. Por isso que a nossa moção é em favor da vítima, e, na verdade, eu sinto que este Parlamento já estava em débito com as mulheres, porque em outras ocasiões, onde coisas parecidas aconteceram aqui dentro, a gente acreditou não na vítima, a gente acreditou naquele que se acusava como agressor. Quer dizer que mais de uma vez, de maneira reiterada, isso acontece, acontece e acontece... Pensem agora no padrão do que está acontecendo agora: se nós estamos sendo ameaçados – nós estamos sendo ameaçados –, será que a vítima que fez o boletim de ocorrência, porque a gente sabe que boletim de ocorrência é uma coisa séria, ninguém sai daqui e faz um boletim de ocorrência por qualquer coisa... Se a vítima fez um boletim de ocorrência, será que ela não sopesou todo o risco a que ela estaria exposta, porque ela entendeu que, mesmo com esse risco, ela estaria mais segura denunciando aquele por quem ela se sentia ameaçada? Eu entendo que sim. Por isso a moção de solidariedade é em apoio à vítima, não é acusando o suposto agressor. E tem outra coisa interessante, uma coisa que foi colocada: dizem que no boletim de ocorrência foi solicitado pela vítima que não pudesse ser mencionado o nome da vítima nas redes sociais do suposto agressor. Por quê? Porque existe uma rede de ódio, de destruição de reputações para descredibilizar a vítima. Vocês querem se somar a esse processo de descredibilização da vítima? É isso que a esquerda porto-alegrense aqui deste Parlamento está defendendo? Que a vítima seja descredibilizada em favor de um homem branco, hétero, rico que supostamente a agrediu? Olha, parece que os tempos mudaram, parece realmente que os valores estão invertidos! A esquerda, que se dizia preocupada com a vítima agora está defendendo o suposto agressor; é a isso que nós queremos que

este Parlamento acabe se somando? Defendendo o suposto agressor em vez de se colocar na posição da vítima? Por isso, primeiro: vocês foram ameaçados, isso é claro e cristalino; vocês querem permitir que o voto de vocês seja influenciado por uma ameaça? Eu não quero. E se eu tinha dúvida com relação a esse tema, passou agora, porque este Parlamento não pode se sentir acuado por qualquer ameaça externa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois não, Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Sra. Presidente, só queria fazer um registro: ao subir na tribuna, está faltando um pouco de verdade ou realmente o que está aqui na moção é o que estamos votando: “solidariedade em apoio à Sra. Giane Alves Santos, ex-companheira do deputado estadual Leonel Radde”. O nome do deputado está aqui neste documento, então não estamos votando só na Dona Giane, estamos votando contra o deputado Leonel Radde, sobre quem a Assembleia Legislativa até agora não se pronunciou.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro, Ver. Claudio Janta.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Quero agradecer ao Ver. Claudio que me atropelou, eu estava na fila e ele furou a fila, mas muito obrigada. Eu estava aqui, Janta, isso, além de ser uma gentileza, é cuidar quem está na fila, e somos iguais, não vem gritar aqui porque nós estamos na mesma...

(Aparte antirregimental.)

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Querido, depois nós conversamos. Não faz fiasco, fica até feio!

Quero dizer, minha querida Presidente, que fiquei chocada com a fala do Ver. Janta que diz que em briga de marido e mulher não se mete a colher! É por isso que tem mulher morrendo! É por isso que tem mulher ameaçada! Porque esse tipo de fala machista faz com que as mulheres se calem e, cada vez mais, apanhem dentro de casa. Em briga de marido de mulher a Patrulha Maria da Penha, a Brigada Militar e o Parlamento têm que meter a colher! E, como eu sou muito legalista – como eu sou muito legalista! –, eu vou aqui dizer que o Ver. Robaina tem razão: 48 horas são 48 horas, e eu vou solicitar que essa moção seja colocada na segunda-feira para ser votada assim como... Legalidade – legalidade! –, aqui não tem mimimi! Legalidade! E tenho certeza que o Ver. Ruas também, dentro da legalidade, fará o mesmo. Muito obrigada, Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, eu não tinha informação de que o meu requerimento de Frente Parlamentar não tinha cumprido as 48

horas, na minha análise anterior havia. Porém, formalmente não. Então, solicito que o Requerimento nº 078/23 seja apreciado também, em primeiro lugar, na segunda-feira. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos continuar o encaminhamento do requerimento anterior e depois votaremos os requerimentos de autoria da Ver.^a Comandante Nádia e de autoria do Ver. Pedro Ruas.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Cláudia, bons ventos a trazem num momento como este, presidir esta sessão conturbada. Eu falo aqui como Procuradora da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, porque nesta tribuna o meu nome foi citado para me posicionar. Eu quero antes de mais nada dizer que eu reforço aqui a necessidade de um basta na constante prática da violência contra as mulheres brasileiras, que acontece de diferentes formas e em diferentes camadas sociais, nos fazendo pensar mais sobre essa situação presente em todas as partes. Essa não é uma causa feminista. Essa é uma causa social, de saúde e humanitária, porém, de forma legal, quando vi isso ocorrer hoje... Eu sou líder da bancada Progressista, eu tenho quatro mandatos nesta Casa, 12 anos de assessora parlamentar, de imprensa, chefe de gabinete, assessora de bancada, eu sei que o rito, eu sei que reza a lenda que, quando existe o líder da bancada, este líder participa das reuniões de líderes, é ele que leva os projetos que são priorizados. Eu ligo, peço para a Roberta, que é minha assessora jurídica, ligar para o gabinete do Ver. Cassiá, para o gabinete da Ver.^a Nádia e fazer a seguinte pergunta: existe algum projeto que a senhora e o senhor queiram priorizar? Toda semana eu tenho esse cuidado, porque eu respeito até o estatuto do meu condomínio. Foi feito isso essa semana, a resposta veio: não tem. Nenhum dos dois vereadores tinham projetos, moções para priorizar. Entrei na reunião de líderes hoje, às 11 horas, e fui surpreendida com uma moção da Ver.^a Nádia, minha colega de partido. Perguntei para o diretor legislativo, não entendi, o senhor está trazendo um pedido da minha colega de bancada e eu perguntei se havia alguma coisa para atualizar e não tinha. Qual foi a minha surpresa quando fiquei sabendo dessa moção, no decorrer da reunião, e que ela foi protocolada na segunda-feira e priorizada hoje, sem passar pela líder da bancada. Fui ver o teor e me assustei. Por quê? Eu venho de uma família de juristas, eu não faço nada na minha vida, nada – e eu posso querer fazer –, sem um parecer jurídico. E aqui está (Lê.): “É necessário que o Estado obedeça todas as regras que compõem o Direito Processual Penal. Nesse contexto, na 1ª fase da Persecução Penal, devemos examinar os Sistemas de Investigação. A fase investigativa é exercida pela Polícia Judiciária, é ela quem executa o papel investigativo. Na estrutura da Polícia Judiciária, tem-se como autoridade o delegado de polícia. (...) O Inquérito Policial é o procedimento utilizado pela Polícia Judiciária para investigar, apurar a infração penal, a fim de colher todos os elementos de prova relacionados com o fato. Trata-se de procedimento

administrativo e meramente informativo. (...) O art. [20 CPP](#) confere ao delegado manter em sigilo as diligências, as investigações. O advogado não poderia então, ter acesso aos autos do Inquérito Policial. (...) O Inquérito Policial se encerra com a elaboração do relatório feito pelo delegado de polícia. Feito o relatório, a atividade investigativa está encerrada (a 1ª fase da persecução penal). Após isso, o inquérito deve ser encaminhado ao juízo competente. Por conseguinte, o promotor ou procurador (MP) receberão os autos do inquérito. Caso for o caso, iniciará a ação penal.” Senhores, senhoras, esta Câmara tem que ter juízo. Nós não podemos nos aventurar e votar contra ou a favor de algo que nós não temos conhecimento. Nós não conhecemos a íntegra dos fatos documentados e vamos, por simples simpatia desse ou daquele, votar a favor ou contra? Não podemos. Eu, como procuradora da Procuradoria da Mulher, vou aguardar, eu espero. Eu não posso, de forma alguma... Eu tenho um nome, eu zelo pelo meu nome e meu sobrenome, eu não me aventuro mesmo quando eu não simpatizo com esse ou aquele. Temos responsabilidade, aguardemos o andamento do processo, o resultado do mesmo, aí sim nós podemos votar, sob pena de cometer uma injúria, uma calúnia. Então, pensem bem, aqui está falando a procuradora da Procuradoria da Mulher, que é contra a violência, mas que é contra, também, qualquer atitude prematura quando envolve reputações, nomes. Temos juízo. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente Cláudia, colegas vereadores, público nos acompanha. Para que todos saibam, nós estamos há mais de uma hora discutindo uma alteração de uma votação, um requerimento para alterar uma votação. No dia de hoje, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre teria 25 projetos para votar; dentre esses, nós temos projetos como o Poupancinha, que traz, Ver. Alex Fraga, para as crianças do CadÚnico do nosso Município, um recurso mensal para que se consiga trabalhar a miséria infantil, que aflige inúmeras crianças no nosso Município, um projeto de extrema relevância para o Município. No dia de hoje, alteraríamos o Código de Posturas de Porto Alegre, que é 1975, um projeto muito relevante para a cidade. Mas estamos há mais de uma hora votando um requerimento aqui neste plenário. A mim, parece que estamos perdendo tempo em situações que são sinalizações de virtude, e me preocupa que a direita, que deveria ser a defensora de todas essas bandeiras; a direita, que deveria se preocupar com uma cidade onde nós não temos saneamento, onde nós estamos longe de ter a concessão de saneamento; a direita, que se preocupa com inúmeros pontos financeiros da cidade, como a questão fiscal, está paralisada discutindo virtudes. E eu vejo aqui uma preocupação, porque nós estamos adotando a mesma postura que a esquerda há muito tempo estava adotando. Será que esse é o medo da eleição? (Pausa.) Serei breve, Ver.^a Cláudia, porque nós temos pressa, a

cidade tem pressa e a cidade tem prioridades. E me preocupa, porque, como muitos sabem, eu não vim da política, eu me tornei política há dois anos. Eu acreditei que entrar na política seria para fazer a diferença, eu acreditei que essa narrativa ideológica era uma narrativa que tomava 10% do nosso tempo, e não que estava paralisando a atribuição de um vereador de Porto Alegre. Se eu entrei na política, se foi para os meus filhos, e hoje eu estou aqui ao mesmo tempo em que muitas mães estão nas escolas dos seus filhos recebendo suas homenagens, e eu resolvi estar aqui no plenário com vocês, é porque eu valorizo o tempo do plenário gaúcho, eu valorizo o trabalho de cada um dos vereadores, e eu acho que nós não estamos valorizando o nosso trabalho no dia de hoje ao demorar mais de uma hora votando um requerimento que nada alterará a vida de um milhão e meio de porto-alegrenses que vivem sem saúde, sem educação, sem saneamento e sem transporte. Obrigada, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Vereadora Cláudia Araújo, que preside esta sessão, demais vereadores, público nos assiste pela TV Câmara, pelas galerias, quero dizer que fico bastante preocupado com as posições neste plenário hoje. Primeiro, com o ataque à democracia que foi feito pelo ex-vereador e deputado. (Palmas.) Sinto-me na obrigação de defender o plenário e o Parlamento, porque isso é inadmissível! Vereadores desta Casa foram atacados, eu nominalmente, mas todos os vereadores, dizendo o que eles podem ou o que eles não podem falar ou votar na Câmara Municipal de Porto Alegre. Este é um verdadeiro absurdo. Se nós começarmos a partir de agora, antes de chegar na sessão, olhar o que eu posso votar e como tenho que votar. Eu quero representar a cidade de Porto Alegre e aqui não podemos ter medo de defender aquilo que acreditamos. Quando fui convidado, junto com outros vereadores, para assinar a moção, assinei, sim, porque não é uma moção de repúdio contra alguém, e sim uma moção de solidariedade a uma mulher, a uma mulher que aparentemente é vítima. Mas se é vítima ou se não é vítima, nós temos que defender as mulheres, esse é o discurso que eu escuto diariamente aqui nesse plenário. Na hora de defender, agora, eu vou me acovardar porque estou sendo ameaçado? Agora alguém que tem coragem – e eu não quero julgar ninguém – de ir para as redes sociais atacar a Câmara Municipal da capital do Estado do Rio Grande do Sul, ameaçando todos os vereadores, será que não teve a coragem de atacar aquela mulher a quatro paredes? E depois nós, que pregamos pelo lado direito, somos os fascistas, somos contra a democracia. Eu fui atacado nas ruas, durante toda a eleição de 2022, chamado por esses de fascista, que era contra a democracia, temos que tirar o Bolsonaro porque ele é contra a democracia. E agora esses mesmos querem impedir o Parlamento de falar e de votar, Ver. Cecchim, líder do governo! Eu não vou ficar calado, vou votar e vou falar o que penso, se for processado, serei, mas não podemos deixar de

defender a democracia nesta tribuna. O dia que nós não tivermos coragem de falar o que pensamos aqui, não temos mais o direito de defender a população como vereador de Porto Alegre. Vou votar, sim, favorável hoje, segunda-feira ou o dia que for, uma moção de solidariedade às mulheres de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil. E aqueles que sempre defendem têm que tomar posição: ou defendem os parceiros, os amigos ou defendem a democracia, as mulheres, porque defender as mulheres é fácil, agora se for um colega... Bom, não é bem assim, tem que esperar o julgamento, porque eu não tenho certeza, eu não acredito... Mas se fosse com outro vereador, com outro deputado que fosse de direita, já estava preso, tinha que prender, não precisa julgar. Esta é a posição do nosso Parlamento? Eu não vou aceitar. Votarei, sim, favorável à moção, e se tiver que esperar segunda-feira, esperamos segunda-feira, quarta-feira, mas continuarei defendendo aquilo que eu acredito. E não sou contra nenhum deputado, não sou contra nenhum homem, mas sou a favor, sim, da democracia e a favor do direito das mulheres de se defenderem e votarei sempre a favor delas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, só para entender, o Ver. Claudio Janta quer fazer a retirada da priorização do dia de hoje, nós queremos fazer o acordo que seja retirado da priorização de hoje e já esteja na priorização de segunda-feira para cumprir as 48 horas. Aí é por acordo, pergunto: tem acordo Ver. Claudio Janta?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Colocamos em votação para que o Requerimento nº 080/23 seja retirado da priorização de hoje e retorne na próxima sessão, na próxima segunda-feira.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Para cumprir as 48 horas.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, vou voltar ao início, quando eu pedi, que seja retirado. Na próxima reunião de líderes, nós vamos ver, não tem processo, não tem nada. Não tem nada, não tem processo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Então, o seu pedido Ver. Janta, é para retirada da priorização.

Vereador Claudio Janta (SD): Da priorização, e se discutir depois.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

(Após a apuração nominal.) 7 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(17h23min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0298/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 3º no art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo especificações para a divulgação de dados relativos às doações ao banco de rações e de utensílios para animais, oriundos da Lei nº 12.809, de 3 de março de 2021. **(SEI 034.00149/2023-60)**

PROC. Nº 0320/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Clai Jesus Silva de Oliveira o logradouro público não cadastrado conhecido como BC Três VL Júlia, localizado no Bairro Belém Novo. **(SEI 165.00069/2023-64)**

PROC. Nº 0323/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Osvalda Gonçalves o logradouro público não cadastrado conhecido como BC Três Rua do Stringhini, localizado no Bairro Hípica. **(SEI 165.00077/2023-19)**

PROC. Nº 0328/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/23, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Erasmo Carlos o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso Um Quadra Quarta Vila Nova Restinga, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00167/2023-41)**

PROC. Nº 0335/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Muay Thai no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, anualmente, no dia 17 de março. **(SEI 222.00042/2023-95)**

PROC. Nº 0332/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/23, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação de Assistência a Mulher Grupo Marias. **(SEI 034.00168/2023-96)**

PROC. Nº 0243/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/23, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o art. 2º da Lei Municipal 12.593, de 10 de setembro de 2019 – que dispõe sobre a divulgação de lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino pelos estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas –, e inclui art. 2º-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, determinando a divulgação da lista de espera das vagas escolares da rede municipal de ensino nos meios eletrônicos do Executivo Municipal. **(SEI 034.00128/2023-44)**

PROC. Nº 0250/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da Administração Direta e nas entidades da Administração Indireta, bem como na Câmara Municipal de Porto Alegre. **(SEI 222.00031/2023-13)**

PROC. Nº 0223/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 003/23, de autoria da Ver. Alexandre Bobadra, que inclui §§ 1º, 2º e 3º no art. 69 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, estabelecendo a obrigação dos estabelecimentos de atendimento veterinário de notificar à Polícia Civil indícios de maus-tratos a animais. **(SEI 222.00025/2023-58)** Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0152/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/23, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que institui a Rota Turística do *Skate* no Município de Porto Alegre. **(SEI 161.00029/2023-16)** Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht.

PROC. Nº 0170/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 082/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que cria o Programa Municipal de Segurança Alimentar no Município de Porto Alegre. **(SEI 021.00257/2022-64)** Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni.

PROC. Nº 0238/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 111/23, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a entidade Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu. **(SEI 034.00121/2023-22)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0308/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui a efeméride Dia Municipal da Pessoa com Visão

Monocular no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 5 de maio. (SEI 019.00065/2023-41)

PROC. Nº 0313/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 155/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, o período das efemérides Dia de Prevenção ao Câncer Colorretal e Mês de Prevenção ao Câncer Colorretal para 27 de março e para o mês de março, respectivamente. (SEI 138.00024/2023-17)

PROC. Nº 0319/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Pastor Pedro Vieira da Silva o logradouro público não cadastrado, conhecido como Rua E Um Vila Nova Ipanema, localizado no Bairro Aberta dos Morros. (SEI 215.00034/2023-56)

PROC. Nº 0128/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/23, de autoria da Mesa Diretora, que reinstitui o Concurso Sioma Breitman de Fotografia e revoga a Resolução nº 2.186, de 20 de maio de 2010. (SEI 014.00005/2023-23) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Hamilton Sossmeier.

PROC. Nº 0822/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 399/22, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Praça Marcos Rachewsky o logradouro público não cadastrado conhecido como Recanto Mil Quarenta Dois, localizado no Bairro Floresta. (SEI 138.00040/2022-29)

PROC. Nº 0256/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/23, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Mellanie Fontes Dutra. (SEI 043.00059/2023-60)

PROC. Nº 0263/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/23, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – Feneis. (SEI 034.00132/2023-11)

PROC. Nº 0281/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública a Entidade Casa Africana Reino de Oxalá. (SEI 161.00040/2023-86)

PROC. Nº 0300/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui a efeméride Dia Municipal da Dignidade no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 5 de

outubro. (SEI 038.00039/2023-02)

PROC. Nº 0307/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Maio Verde – Mês de Conscientização sobre a Esquizofrenia –, no Município de Porto Alegre. (SEI 215.00039/2023-89)

PROC. Nº 0302/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Ecco Salva. (SEI 165.00058/2023-84)

PROC. Nº 0269/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que altera o art. 1º da Lei nº 1.472, de 19 de outubro de 1955 – que denomina o logradouro público D. Luiz Guanella, localizado na Vila Ipiranga. (SEI 036.00053/2023-08)

PROC. Nº 0289/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/23, que autoriza o município de Porto Alegre a receber, em doação, com encargos, imóvel de propriedade da União. (SEI 118.00336/2023-41)

PROC. Nº 0452/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 234/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que denomina Praça Celso Egon Huyer o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça 1006, localizado no Bairro Menino Deus. (SEI 037.00346/2022-03) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely.

PROC. Nº 0043/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que assegura às mulheres o direito de terem como acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, durante consultas e exames em geral nos estabelecimentos de saúde públicos e privados no Município de Porto Alegre e estabelece que em caso de consultas e exames em geral que envolvam algum tipo de sedação, a presença de acompanhante será obrigatória. (SEI 218.00006/2023-36) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Pablo Melo.

PROC. Nº 0265/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/23, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Bianir Therezinha Brasil da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso G SQ Dois Primeira UV VL N Restinga, localizado no Bairro Restinga. (SEI 034.00133/2023-57)

PROC. Nº 0267/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Kalil Sehbe Neto. (SEI 222.00032/2023-50)

PROC. Nº 0282/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/23, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Abril Laranja: mês de prevenção da crueldade contra os animais no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de abril. **(SEI 035.00043/2023-65)**

PROC. Nº 0290/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/23, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rótula Rei Davi o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula 4600 (quatro mil e seiscentos), localizado no Bairro Santa Tereza. **(SEI 034.00148/2023-15)**

PROC. Nº 0008/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/23, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 1 (um) cargo efetivo de Analista de Suporte e cria 3 (três) cargos efetivos de Analista de Tecnologia da Informação no Quadro dos Cargos Efetivos da Câmara Municipal de Porto Alegre constante no art. 9º da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 014.00027/2022-11)**

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não há inscritos em Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

Ver. Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. conduz muito bem, claro, mas é que não houve, no meu ponto de vista, o tempo regimental de dois minutos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Um minuto e trinta segundos, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Porque nós tínhamos a votação de um projeto do Executivo, o meu está para segunda-feira, calma, vereador. Estão aí os garis aguardando até agora. Nós íamos votar o projeto do Executivo. Então, quando não houve aqui o quórum, me parece, o diretor sabe, claro, eu deixo a critério da Mesa e faço uma observação de que, do meu ponto de vista, havia quórum para votarmos pelo menos o que... Aliás, V. Exa. pediu...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito que os líderes de partido cheguem à Mesa. (Pausa.)

Conforme acordo das lideranças, o Ver. Alexandre Bobadra falará em Comunicação de Líder e depois entraremos em uma sessão extraordinária para votarmos somente o PLE nº 007/23. Ele já estava inscrito, Ver. Oliboni.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, eu tenho certeza que há sensibilidade do Ver. Bobadra com todos os apelos que foram feitos, ele só vai dizer feliz Dia das Mães. Eu acredito na sua sensibilidade.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sim, ele falará sobre outro tema.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sra. Presidente, está se aproximando o domingo, Dia das Mães, um domingo especial, onde passaremos com as nossas famílias. Então, eu quero desejar um Dia das Mães muito especial para todos nós, daquela pessoa que nos deu à luz, que nos levou para o colégio, que nos deu o primeiro banho. Em especial a minha mãe, que é assistente social, eu parabenizo a Dona Lia em nome de todas as mães do nosso Brasil. As dificuldades que a mulher passa todos os dias, a dupla jornada, onde ela trabalha em casa, administrando o lar, trabalha na rua e cuida dos seus filhos. Então, em nome de todas as mães do nosso Brasil, um beijo no coração e um feliz Dia das Mães!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h28min.)

* * * * *